

UNISC- UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL - MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Lisielle Zanella

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O DESENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE LOCAL**

Santa Cruz do Sul, junho de 2007

Lisielle Zanella

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O DESENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, - UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Inácio Helfer

Santa Cruz do Sul, junho de 2007

Lisielle Zanella

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O DESENVOLVIMENTO DA
COMUNIDADE LOCAL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Prof. Dr. Inácio Helfer
Professor Orientador

Prof. Dr. Moacir Fernando Viegas
UNISC

Prof. Dr. Luis Armando Gandin
UFRGS

Dedico este trabalho as quatro pessoas mais importantes da minha vida:

*Gentil
Marlene
Carlinhos
Jean Carlo*

Sem vocês nenhum sonho seria realidade.

Sem dúvidas um obrigado seria muito pouco diante da grandiosidade da presença de vocês na minha vida!

É a vocês que eu dedico tudo o que sou e conquistei.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma tarefa difícil, mas com a ajuda de algumas pessoas essa trajetória foi facilitada.

Meus sinceros agradecimentos...

Ao meu orientador Professor Dr. Inácio Helfer, pelas horas de dedicação e paciência enquanto elaborávamos este trabalho.

Aos meus amados pais: Gentil e Marlene, meus maiores exemplos de vida e motivo de orgulho. Obrigada pelo amor, apoio, carinho, pela confiança, pela tolerância e pela dedicação. Obrigada pelas palavras de incentivo e otimismo, pelas demonstrações de carinho e afeto, atitudes simples, mas que demonstram a cada dia as pessoas maravilhosas que são. Muito obrigada, principalmente, pela mão amiga e confiante que me conduziu e apoio nos momentos mais felizes, mas também nos mais turbulentos e difíceis da minha vida. A cada dia agradeço a Deus por ter sido abençoada ao possuir como pais duas pessoas que são exemplo de determinação, honestidade e amor.

A meu marido Carlos Henrique, pelas horas em que foi ouvinte, pelo auxílio nas horas de dúvidas e incertezas, pelas sugestões, críticas, discussões...ou simplesmente pela compreensão nos momentos em que tudo parecia complicado demais...e os percalços pareciam intransponíveis. Mas sou grata principalmente por poder contar com a tua companhia, poder dividir contigo as alegrias, as angústias, as conquistas, e as horas de maior felicidade da minha vida durante estes mais de dez anos de convivência que nos unem em uma relação de carinho, admiração e companheirismo.

A toda a equipe diretiva da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre pela prontidão em contribuir com a coleta de dados. Em especial, a professora e amiga Claudete S. Ensslin, não apenas pela colaboração na realização desta dissertação, o

que seria insignificante frente à admiração e carinho que sentimos uma pela outra, mas principalmente por me mostrar a cada dia, ao longo de todos estes anos, o valor de uma verdadeira amizade.

Pelas horas de diálogo...Pelas trocas de idéias...Pelos aconselhamentos...

Obrigada, amiga!

Agradeço a diretora Terezinha S. Rohsmann e a todas as colegas e amigas da Escola Municipal Balduino T. Brixner pela compreensão quando da minha ausência na escola para a elaboração deste trabalho, e em especial a amiga Cheila Seibert, pelo carinho, pela atenção e pelo simples fato de dispor de tempo para me ouvir, e de me privilegiar com a sua amizade.

Aos meus alunos da 4ª série da Escola Balduino T. Brixner, que muitas vezes se privaram da minha companhia, e mesmo sentindo minha falta sempre foram meus incentivadores e torceram muito para que eu concluísse essa dissertação.

Resumo

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, as escolas possuem a incumbência de elaborar em conjunto com a comunidade escolar a sua proposta pedagógica. Dentro dessa perspectiva o presente trabalho teve como objetivos analisar como ocorreu a construção Projeto político pedagógico de uma Escola Estadual de Ensino Médio do município de Arroio do Tigre, no Estado do Rio Grande do Sul. Para este fim foi realizada na escola uma análise documental onde foi verificados os principais instrumentos de coleta de dados, e procedimentos que foram utilizados na elaboração de tal projeto. Foram também realizadas, para complementar os dados coletados, duas entrevistas com professoras que ainda atuam na escola e que participaram na época da elaboração do Projeto político pedagógico. O trabalho também objetivou analisar como a comunidade local percebe as ações da escola (que estejam expressas no Projeto político - pedagógico) e para este fim foi elaborado e aplicado (a partir de um cálculo amostral) um questionário, em todos os bairros do município e distritos do interior. A partir da análise dos dados foi possível verificar que os projetos escolhidos para serem analisados possuem respaldo na comunidade local, principalmente quando se trata do projeto “Desenvolvendo o educando através da arte”, que é amplamente reconhecido na comunidade local. Constatou-se que a escola pode contribuir com a comunidade local a partir de suas ações e que uma localidade pode se desenvolver a partir das ações da escola. Os processos educativos e o desenvolvimento regional se relacionam intimamente quando se compreende que a comunidade local e escolar não podem ser apenas espectadoras das ações da escola. Mas deve também participar das escolhas, auxiliar na formulação de diretrizes para a escola, demonstrando assim que o espaço público necessita ser ocupado pelos indivíduos que são usuários efetivos ou potenciais dos mesmos.

Palavras – chave: Projeto político pedagógico , gestão democrática da escola pública, desenvolvimento local, desenvolvimento regional.

ABSTRACT

Since the approval of the "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", law number 9394/96, the schools have the incumbency of to elaborate as a whole with the school community their pedagogic proposition. Into this perspective the present work had as objectives to analyze how occurred the construction of the Politic pedagogic Project of a High State School, in Arroio do Tigre, Rio Grande do Sul. For this purpose we realize in this school a documental analysis in what it was verified the main instruments of the data's collect, and the procedures that we utilized on the elaboration of such project. It was also realized, to complement the collected data, two interviews with teachers that still teach in this school and that participated during the period of the elaboration of the Politic Pedagogic Project. The work also objectived to analise how the local community has knowledge of the school actions (that be expressed on the Politic Pedagogic Project) and for this aim it was elaborated and applied (with a amostral calculation) a questionnaire; in all the district of Arroio do Tigre and districts of the countryside. With the analysis of the local community, mainly when deal about the project "Developing the pupilthrough the art", that is widely recognized into the local community. We verified that a school can contribute with the local community with its actions, and that one locality can develop itself with educativo process and the regional development are intimately connected when we understand that the local and school community can not be just spectators of the school actions, but should be also participate of the selections, to help on the formulation of the diretrizes for the school, demonstrating so that the public space needs to be engaged for the individuals that are effective or potential usuaries of the same.

key-words: politic pedagogic project; democratic administration of the public school; local developing; regional developing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. PROCESSOS EDUCATIVOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	19
1.1 A educação escolar frente as transformações sociais da atualidade.....	23
1.2 Desenvolvimento local: o que a escola tem ver com isso?.....	26
1.3 Contribuições do Projeto político – pedagógico escolar na dinâmica do desenvolvimento local.....	29
2. ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	32
2.1 Os Jesuítas e a educação voltada para a religiosidade.....	33
2.2 A Independência do Brasil e a formação das Elites: uma nova fase da Educação no país.....	35
2.3 A primeira república: crise na educação elitista.....	36
2.4 A Educação Nova ou “Escola Nova” no Brasil.....	36
2.5 A Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	38
2.6 A realidade educacional a partir de 1964.....	39
2.7 A Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.....	40
2.8 O papel da escola na contemporaneidade.....	42
3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA.....	47
3.1 Gestão Democrática: possibilidade e entraves.....	49
3.2 A participação da comunidade na gestão da escola.....	52

4. O PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO ESCOLAR: o planejamento como orientação da gestão da escola e da prática pedagógica.	56
4.1 Estrutura do Projeto político – pedagógico.....	60
4.1.1. O Marco Referencial.....	63
4.1.2. O Diagnóstico.....	63
4.1.3 Programação.....	63
4.2 Construção e implementação do Projeto político-pedagógico: algumas dificuldades no contexto escolar.....	66
5. A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL : O CASO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ARROIO DO TIGRE.....	71
5.1 A construção do Projeto político – pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre.....	73
5.2 A comunidade local e as ações da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre.....	75
5.2.1 Dados referentes à amostra de pesquisados.....	78
5.2.2 Finalidades da escola na visão da população pesquisada.....	81
5.2.3 Projetos analisados através da pesquisa de campo.....	84
5.2.4 A identidade local e as ações da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre.....	97
5.2.5 A importância da avaliação dos pais e da comunidade em relação às ações da escola.....	99
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem passado por significativas transformações tanto de caráter político - econômico como social. Em decorrência disso, também as estruturas educacionais foram se modificando e se adequando a um novo modelo de sociedade que foi se reafirmando nos últimos anos. Neste conjunto de modificações emanam alguns questionamentos a respeito do papel da escola dentro desse novo contexto que hora se apresenta.

Muito foi reestruturado nas últimas décadas no que diz respeito às políticas educacionais e diretrizes legais, principalmente após a promulgação da Constituição Federal em 1988. Dessa época em diante foram marcantes as mudanças nos determinantes legais que regem a educação brasileira.

Emerge a partir dessa Lei um novo modelo de administração escolar, que vem primando pela participação da comunidade na gestão da escola, o que descentraliza (em parte) o poder decisório e o repassa para as mãos dos usuários imediatos da escola, a comunidade escolar¹, uma parcela de autonomia nas decisões e na gestão dos estabelecimentos de ensino no que tange as esferas administrativas, financeiras e pedagógicas do processo gestacional de cada escola.

Também na década passada foi instituída uma nova Lei de Diretrizes e Bases

¹Para fins deste trabalho “comunidade escolar” é compreendida como os quatro segmentos que interagem na escola: alunos, pais dos alunos, professores, funcionários .

da Educação Nacional (LDB 9394/96), que após longa tramitação no Congresso foi promulgada em 20 de dezembro de 1996.

A LDB 9394/96 rege em seu artigo 12 que os estabelecimentos de ensino respeitando as normas de seu sistema de ensino, terão a tarefa de executar sua proposta pedagógica, podendo contar com a participação da comunidade escolar, representada por pais, alunos, professores e funcionários da escola, que poderão ter voz ativa na sua elaboração. A mesma Lei estabelece no artigo 23 que cada escola tem autonomia para prever formas de organização que permitam atender as peculiaridades regionais e locais, às diferentes clientela e necessidades do processo de aprendizagem

A elaboração de tal proposta levou a grandes discussões nas escolas e também a muitas dúvidas sobre como realizá-la. Questionamento à parte, é de se convir que um grande passo foi dado a partir da nova LDB, como bem salienta Danilo Gandin (1999) pela primeira vez se dá valor ao planejamento como ferramenta para articular as idéias e tentar, a partir de uma realidade existente e da intervenção nesta realidade, colocá-las em prática, em busca de um ideal desejado por toda a comunidade escolar.

E a comunidade escolar é chamada a participar do processo de elaboração do Projeto político-pedagógico (PPP), demonstrando assim que as necessidades comunitárias vão estar representadas nas escolas e a identidade escolar, a singularidade de cada escola, se fará presente no processo de articulação e construção de um plano global para a escola.

A escola existe em função dos indivíduos que atende e não apenas por uma formalidade do Estado. Atualmente, tem-se dado valor relevante à escola enquanto instituição que possa promover uma prática pedagógica e ações que venham a contribuir com o pleno desenvolvimento do aluno e que seja adequada à realidade do educando e do local onde ele vive.

A escola a partir de suas ações educativas e pedagógicas pode auxiliar no desenvolvimento local e regional, pois como afirma Nery in Ávila (2000, p.21) para que haja desenvolvimento:

é preciso criar novos espaços e oportunidades de relacionamentos para que as vivências se convertam em aprendizagem, e as pessoas e a coletividade progressivamente se tornem mais capazes de realizar seus projetos, de dar respostas aos problemas, num nível cada vez mais amplo que o local e de forma cada vez mais permanente

Ao se falar em desenvolvimento local e regional, muitas vezes, o principal aspecto abordado repousa sobre a questão econômica. O país cresceu muito sob o ponto de vista econômico nas últimas décadas; mas em aspectos sociais, culturais e humanos, no entanto, o país continua defasado. O crescimento econômico por si só não é sinônimo de desenvolvimento. O desenvolvimento implica também, e essencialmente, dimensões concernentes tanto à qualidade do processo de evolução econômico-social quanto à amplitude participativo-beneficiária de toda a população por ele abrangida (Ávila, 2000). Para que um local ou uma região se desenvolva é importante que se visualize o homem integralmente como agente participativo de sua comunidade. É neste sentido que a escola pode contribuir, pois ela deve ser um espaço de participação da comunidade na gestão da escola, onde todos possam compreender como funciona a política educacional e como podem se tornar agentes na busca por uma escola de maior qualidade para sua localidade, o que irá refletir no contexto regional.

Um dos objetivos desse trabalho foi o de compreender e verificar como foi construído o Projeto político-pedagógico de uma escola Estadual da rede de ensino do município de Arroio do Tigre, no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto foi realizada uma análise documental na referida escola e também entrevistas com professoras.

Na seqüência propôs-se tentar compreender como o Projeto político-

pedagógico pode contribuir no desenvolvimento da comunidade local². Para isso analisamos o Projeto político-pedagógico da escola, e a partir de um questionário aplicado na comunidade local, procuramos verificar como a comunidade compreende o papel da escola, como percebe as ações da escola, se conhece os projetos da escola, se os considera importante, etc.

Foi realizada também uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, onde foram utilizados materiais escritos de pesquisadores da área educacional, sobretudo da área de gestão da educação, planejamento educacional e Projeto político pedagógico, bem como de teóricos que discorrem sobre desenvolvimento regional e local.

O material analisado dentro da escola que se referente a elaboração do PPP é bastante abundante e está arquivado na escola. Também foram realizadas duas entrevistas com pessoas que na época da elaboração do Projeto faziam parte da equipe que planejou sua elaboração. Só não foi possível realizar um número maior de entrevistas devido ao fato de já terem se passado muitos anos da época da elaboração do PPP, e muitos professores não estarem mais atuando na mesma escola.

O método de abordagem para a realização deste trabalho foi o método dialético. “A dialética situa-se no plano da realidade, no plano histórico, sob a forma de relações contraditórias, conflitantes, de leis de construção, desenvolvimento e transformação dos fatos.” (Frigotto, 1991,p.75). Pois a realidade não é de fácil compreensão, e não se pode captar a complexidade da realidade social pela mera descrição do que é visível. A realidade é movimento, processo constante (Corrêa, 2000), e por isso, exige uma atenção redobrada do investigador para compreender sua complexidade. E Conforme Gil (1995), para conhecer verdadeiramente um problema é preciso compreendê-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e todas as suas conexões, tudo é

² Consideramos comunidade local todas as pessoas dos municípios já que a distribuição dos questionários foi feita por bairros da cidade e distritos do interior do município, optamos por assim fazê-lo pois a escola possui um significativo número de alunos (mais de 1000 alunos) o que representa grande percentual de habitantes do município (12.442 habitantes) esse alunos são oriundos de diversos bairros e distritos do interior, por isso nossa amostra foi calculada tendo como base o número total de habitantes.

visto em constante mudança, sempre há algo que nasce e se desenvolve e há algo que se desagrega e se transforma.

A escola apresenta muitas contradições em seu contexto. Por exemplo: os políticos para se elegerem sempre prometem grandes investimentos no sistema educacional; quando estão no poder, no entanto, alcançam apenas migalhas de recursos orçamentários; normalmente o PPP da escola no que diz respeito às metas e ações, é muito bom; no entanto, na prática, os professores pouco colocam em prática tais ações, pois estão mais preocupados em desenvolver o currículo mínimo de suas disciplinas, muitas vezes, somente desenvolvido a partir de um livro didático da disciplina; na escola o aparato legal propõe uma prática educativa comprometida com ações de cunho participativo, democrática, relações de ordem “horizontal”. Mas o que se presencia na prática muitas vezes são ações de ordem “vertical” onde quem detem o poder é o professor ou diretor e cabe a ele decidir os rumos que a escola ou a ação educativa irá tomar.

A escola pode proclamar que está preocupada em valorizar a realidade local, em promover práticas solidárias, em educar para os valores humanos, mas dentro da escola pode-se fazer justamente o contrário, o aluno pode ter uma educação baseada na dimensão conteudista e saírem da escola sem as mínimas noções de cidadania ou solidariedade.

A própria ação do Estado com relação à educação pública é contraditória, pois intitula em suas leis que a valorização da educação e do quadro de recursos humanos que ali atua terá constante apoio para formação e valorização, mas na verdade, os professores estão esquecidos nas escolas, recebendo baixos salários e sem valorização tanto econômica como intelectual.

Neste sentido, pareceu ser este método de abordagem (a dialética) o melhor caminho para responder ao problema de pesquisa. A dialética possibilita problematizar com maior acuidade a relação entre sujeitos e objeto e desses com seu meio. A

dialética vê a realidade como um todo integrado. E também a escola e sua comunidade escolar são um todo no processo educativo.

Por isso para analisar e compreender as ações da escola com relação a sua comunidade local é preciso analisá-las em todas as suas relações e conexões possíveis, sob essa ótica a dialética parece ser um bom método de abordagem.

Os questionários referentes as ações e projetos da escola foram distribuídos entre os bairros da cidade e os distritos do interior do município de Arroio do Tigre no período de junho a setembro de 2006. Foram distribuídos no total 182 questionários³, sendo 123 na zona urbana e 59 nos distritos do interior do município⁴. A análise documental na Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre, foi realizada no período de agosto a setembro do ano de 2006.

Quadro 1 – Algumas características da Instituição pesquisada

Numero de alunos	1. 211
Ensino Fundamental	530
Ensino Médio	625
Educação de Jovens e Adultos	56
Número de professores	53
Número de funcionários	19
Número de salas de aula	15
Demais dependências	10
Numero de turmas em funcionamento	38
Área construída	2.045,22 m²
Número de exemplares na biblioteca	Aproximadamente 15.000

Fonte: dados da presente pesquisa, 2006

A escola possui em andamento projetos que são desenvolvidos durante o ano

³ O tamanho da amostra foi calculado com base na população total do município

⁴ As tabelas com o cálculo da amostra e a distribuição dos questionários nos bairros e distritos do interior estão localizadas na seção anexos deste trabalho.

letivo.⁵ Alguns são de duração anual, outros são permanentes, e alguns são referentes a datas comemorativas.

Escolheu-se para analisar, através do questionário, três projetos da escola que podem auxiliar no desenvolvimento da comunidade local, por fazerem parte daqueles que não dizem respeito apenas a atividades que ocorrem no interior da escola ou que sejam direcionadas apenas ao corpo discente. Os três projetos analisados prevêm atividades extraclasse que respaldam na comunidade local.

Os três projetos analisados foram:

- Desenvolvendo o educando através da arte – projeto de cunho artístico e cultural
- Ambiência – um projeto de educação ambiental
- Acesso a biblioteca da escola para toda a comunidade local

O presente trabalho está distribuído em cinco capítulos que são os seguintes:

O primeiro capítulo discorre sobre os processos educacionais e o desenvolvimento regional e tenta mostrar como acontece a articulação entre os processos educacionais e o desenvolvimento regional com ênfase para o desenvolvimento local.

O segundo capítulo retrata alguns aspectos históricos da educação no contexto brasileiro, desde o tempo dos Jesuítas e a catequização dos indígenas até o modelo educacional da contemporaneidade.

O terceiro capítulo levanta questões concernentes às questões da gestão

⁵ Os projetos desenvolvidos pela escola estão na íntegra na sessão anexos deste trabalho

educacional na atualidade, ressaltando seus avanços e entraves dentro da sociedade contemporânea.

O quarto capítulo tece informações à respeito da construção de Projetos político- pedagógicos. Trazendo um enfoque sobre sua estruturação e os passos para sua elaboração, bem como algumas dificuldades que podem ocorrer no contexto escolar em relação a sua elaboração e implementação.

O quinto, último capítulo, retrata os resultados mais específicos da pesquisa, faz uma descrição da escola em estudo e discorre sobre a elaboração de seu PPP.

No quinto capítulo procuramos analisar como as ações expressas no PPP estão se efetivando na comunidade local a que esta escola atende, bem como a partir dessa análise busca-se compreender como as ações da escola podem contribuir com o desenvolvimento da comunidade local. E como o PPP pode ser um instrumento utilizado para levar conhecimento e informação não apenas para os alunos e professores, mas para toda a comunidade local.

1. PROCESSOS EDUCATIVOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Uma região, para ser considerada desenvolvida, pressupõe vários fatores que nem sempre estão ligados apenas ao desenvolvimento econômico. Existe uma tendência a pensar que o crescimento econômico por si só já garante o desenvolvimento social, o que nem sempre é verdade.

Uma região necessita ter vários setores operando de forma satisfatória para que possa se tornar desenvolvida. Não adianta possuir recursos financeiros fartos, uma boa localização geográfica e uma cadeia produtiva bem estruturada, se os seus habitantes não possuam acesso adequado aos bens básicos como saúde, educação, saneamento, lazer, etc.

Pouco adianta também uma região possuir grandes complexos comerciais e industriais, incentivos fiscais para as empresas se a mão de obra operante for de má qualidade, ou se os políticos e sociedade local não souberem preservar e fiscalizar as ações exercidas pelas empresas, o que pode acabar gerando prejuízos para a região.

Como se pode perceber a população em geral, os políticos, as instituições (governamentais ou não) de uma determinada região não podem “cruzar os braços” e apenas esperar as ações que venham das forças verticalizadas de poder. Hoje são necessárias pessoas (seja para servir de mão-de-obra, para administrar, para governar) que compreendam os processos sociais e econômicos, pois a força da produção capitalista tem desestruturado regiões e transformado-as em meras expectadoras das ações do poder mundializado que prima pela hegemonia de locais,

regiões e países. Ao passo que, sem resistir a tais ações, muitos espaços regionais têm se deixado conduzir por forças exógenas e acabam tendo que se curvar ao poder do mercado externo.

Entretanto existem espaços regionais e locais que têm buscado entre seus atores sociais uma articulação, procurando fazer uso das ações externas sem deixar de lado as forças regionais e locais internas de seus espaços sociais.

Emerge a necessidade, cada vez maior, das instituições (e pessoas) repensarem seus papéis frente a essa nova dinâmica mundial, buscando estratégias de ações frente ao poder econômico que prima pela homogeneização dos espaços. Se a economia mudou (e isso é uma realidade inabalável) é necessário que as pessoas, em geral, acompanhem tais mudanças e reflitam sobre ela, buscando alternativas frente as mesmas.

As regiões, muitas vezes, se tornam regiões perdedoras por não serem capazes de dinamizar suas potencialidades. Sem forças endógenas que emanam de relações horizontais de poder, da organização das estruturas internas da região, as mesmas ficam à mercê de forças exógenas e de relações verticalizadas de poder, determinadas pelas grandes corporações de interesse sumamente econômico.

Como salienta Dinizar Becker (2002), normalmente os agentes do desenvolvimento local-regional reagem de forma passiva e submissa à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades oferecidas por ele. Dessa forma, a única possibilidade de desenvolvimento de uma região é servir aos interesses das grandes corporações concedendo-lhes todos os tipos de facilidade. Assim, uma região pode concentrar investimentos, gerar renda e emprego, mas estará sempre insegura quanto a seu futuro, uma vez que o desenvolvimento foi proporcionado por um agente externo. Esse modelo de desenvolvimento acabou gerando grandes disparidades regionais, desequilíbrios ambientais e desigualdades sociais marcantes.

Entretanto existem espaços regionais e locais que tem conseguido fazer uso das forças exógenas para seu benefício e tem conseguido articular seu potencial endógeno com as forças externas. Essas regiões conseguem produzir, em parte, seu próprio modelo de desenvolvimento, o que lhes proporciona certo grau de autonomia frente às ações de ordem capitalista. Os COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) são exemplos de fóruns de participação popular que têm articulado atores locais, em busca de um desenvolvimento regional mais harmônico e participativo. Da mesma forma o papel da escola em sua comunidade local pode ser uma força articuladora para que as pessoas conheçam as diretrizes políticas que regulamentam os sistemas de ensino.

Mas para que seja possível uma região se organizar e operacionalizar suas potencialidades de forma satisfatória é necessário que os cidadãos, os governantes, as instituições estejam cientes de sua força de participação e sua parcela de poder na tomada de decisões. É por falta de consciência de sua parcela de responsabilidade que muitas regiões acabam se deixando levar pelos interesses do capital externo.

Na atualidade, têm sido difundidos termos como participação, cooperação, integração, ao lado de outros como diferenciação, diversificação e pluralização (Becker, 2002). Esses termos têm feito parte do discurso de agentes locais e regionais, sugerindo a necessidade de ações cooperativas em diversas situações e espaço quer sejam econômicos ou sociais.

Recriar, reinventar e tornar as escolas um espaço democrático e participativo tem sido a forma encontrada para que se possam compreender as políticas educacionais ,que por forças das mudanças sociais, econômicas e políticas também atingem a escola. No embate de forças e opiniões é que emana a capacidade de recriar os espaços institucionais.

Dentro da escola, a dinâmica não é diferente. Principalmente devido ao surgimento de um novo modelo social é que se tem dado, no interior da estrutura

organizacional das instituições de ensino, ênfase aos processos participativos, construindo parcerias entre os membros da comunidade escolar.

A escola deve ser uma instituição aberta e que busque na comunidade direcionamentos para a sua prática. A escola já não pode mais se fechar para a comunidade, mas, ao contrário, ela deve ser espaço aberto para que, através de suas ações, seus projetos e práticas a comunidade também possa se beneficiar. É claro que os determinantes legais, tais como: Leis, Diretrizes, Regimentos, Referências Curriculares e estruturas determinadas pelas Secretarias de Estado e pelo MEC não podem ser deixadas de lado. Mas o essencial é que as escolas têm autonomia, em seu interior, para criarem algumas de suas próprias práticas de ações, concorrendo para que as pessoas direta ou potencialmente ligadas à escola possam conhecer as estruturas legais, possam participar dos processos decisórios, tornando a escola um espaço democrático e participativo.

Os processos educacionais e o desenvolvimento regional se relacionam, principalmente, devido ao fato de que uma região só pode ser plenamente desenvolvida no momento em que os atores regionais possam participar e reconhecer as estruturas que determinam as diretrizes do poder. Com um povo alienado, submisso, sem conhecimento das diretrizes que ordenam as práticas sociais, econômicas e políticas não pode existir um pleno desenvolvimento. E, é nesse sentido, que a escola pode trazer sua contribuição.

A escola, através da recriação de seus espaços, da busca das necessidades de sua comunidade pode concorrer para o desenvolvimento regional, já que as políticas estruturais de ordenamento da escola apresentam um viés autônomo e que pode ser aproveitado como forma de participação da comunidade escolar.

Como instituição social e de formação humana, a instituição escolar pode contribuir para o desenvolvimento da localidade onde esteja inserida, principalmente, se colocar a disposição da comunidade seus serviços, se chamar a comunidade a

participar das ações e decisões da escola, mas principalmente se estruturar seu Projeto político – pedagógico em conjunto com os pais dos alunos e representantes locais. Mostrando assim que a escola pode ser espaço democrático, participativo e relativamente autônomo, as instituições escolares podem contribuir para o desenvolvimento regional, já que em parceria com sua comunidade local recriam o espaço escolar, formulando políticas de ação para a sua localidade, com base nos interesses das próprias pessoas que interagem com a escola.

Assim como cada região é única, possuindo suas particularidades, suas forças produtivas e também seus entraves, cada escola também é única e conta com uma realidade particular, onde se pode intervir a partir de ações também únicas, que as pessoas mais diretamente ligadas à escola podem construir e colocar em prática.

A escola pode ser um local para que se criem políticas de apoio às comunidades locais e regionais; ela pode servir como um espaço educativo que desenvolva a comunidade a que serve. Uma região desenvolvida necessita de um povo educado; educado para a democracia, para a participação, para a autonomia e para o reconhecimento das diretrizes da política e da economia.

1.1 A educação escolar frente às transformações sociais da atualidade

Existe, na atualidade, um grande debate acerca do papel da escola e da educação em um novo contexto, permeado pela visão economicista e pelas modificações no mundo produtivo.

As modificações econômicas surgidas com mais força a partir da década de 80, determinadas pela força da globalização da economia também atingiram as instituições de ensino e fizeram com que alguns aspectos concernentes à estrutura escolar fossem modificados. Esses aspectos não foram apenas relacionados apenas as questões administrativas da escola, mas também em questões pedagógicas, já que as mudanças do mundo econômico requerem um novo perfil de aluno a ser formado

pelas escolas.

Como lembra Libâneo et al (2006, p. 51):

Como instituição social educativa, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo. Elas decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos, da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento, da compreensão do papel do Estado, das modificações nele operadas e das mudanças no sistema financeiro, na organização do trabalho e nos hábitos de consumo (...)

Hoje presenciamos uma educação permeável, onde as ações globalizadas e as tendências neoliberais estão presentes, embora não seja essa a visão que muitos educadores e pensadores da educação querem propagar, mas ao contrário, a de uma educação que se concentre nos valores humanos e que resgate os direitos, a cidadania e seus valores como pessoa humana. Não uma educação e uma escola que sejam uma mera reprodução dos interesses dominantes, contrapondo-se assim a uma ação educativa onde o educando seja um mero espectador do espetáculo de reprodução capitalista, que muito já se faz presente em nossa atualidade.

A prática educativa é uma ação conjunta, pouco adianta um aparato legal que conceba a educação como uma ação democrática, voltada para a construção de educandos críticos e participativos, se não houverem profissionais comprometidos com tal ação.

Uma educação alicerçada somente em questões de ordem conteudista, baseada apenas na qualidade da informação repassada e baseada nas avaliações escolares não tem grande respaldo na vida social do aluno. Ao contrário, o coloca na posição de um ser acabado que apenas “recebe” informações para depois repassá-las, através da avaliação, demonstrando para seu educador que aprendeu. Este é o princípio da educação “bancária” que Freire critica em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1979).

O homem é um ser de relações, como já dizia Marx, e ele é capaz de refletir e

de colocar-se no mundo como ser pensante e que é capaz de agir. “O homem está no mundo e com o mundo” (Freire 2003) e é consciente de seu papel neste mundo. O reconhecimento pelo outro é uma necessidade humana, já que o ser humano é um ser que existe através da vida social.

É justamente neste sentido que se deve pensar a educação, enquanto ação social, e que ajude o homem a se tornar um ser pensante, criativo e que lute por seus direitos e cumpra seus deveres. A educação de qualidade não é uma educação de características significativas apenas no sentido de conteúdos programáticos, com currículos elaborados por pessoas que não conheçam a realidade escolar de cada comunidade. Mas, ao contrário, a educação contemporânea deve vir ao encontro das particularidades de cada escola, pois cada realidade é única e quem a conhece são justamente aqueles que ali vivem e ali se relacionam.

Ninguém melhor do que os próprios professores, pais, alunos e funcionários das escolas (diga-se comunidade escolar) para conhecer as necessidades de sua escola e são esses mesmos atores da educação que devem projetar e pensar que escola almejam para sua comunidade. A escola pode contribuir para a transformação social, mas ela sozinha não tem força para que isso ocorra, portanto é necessário pensá-la como uma instituição de ação conjunta de todos os seus usuários

É claro que a escola não funciona isoladamente, não pode se ignorar o papel do Estado, das Secretarias da Educação e dos próprios municípios (aos quais foi delegado grande comprometimento com a educação). A gestão da escola está subjugada a outras instâncias superiores, porém ela tem autonomia para construir seu próprio Projeto político - pedagógico que lhe dá respaldo para formular ações que provenham de uma necessidade particular da escola.

Os inúmeros problemas educacionais e o verdadeiro papel da educação formal são motivos de ampla discussão na sociedade atual. É preciso fazer uso de um esforço coletivo para vencer as barreiras e dificuldades que inviabilizam a construção de uma

escola pública que seja instrumento de transformação social, contrapondo-se ao atual modelo gerador de desigualdades e exclusão social que prevalece nas políticas educacionais de inspiração neoliberal.

A escola não está isolada do sistema social, político, cultural, mas ela pode recriar seu espaço de trabalho junto com seus pares, em função da qualidade das aprendizagens dos alunos e de objetivos pessoais, profissionais e coletivos (J.C. Libâneo, 2004).

O papel da escola na contemporaneidade é baseado na participação, na ação conjunta de toda a comunidade escolar. As pessoas precisam aprender a participar, e a escola pode ser um meio indispensável de elevação do nível cultural e do desenvolvimento de conhecimentos e capacidade para o enfrentamento de um mundo de condições tão desiguais como o atual.

É necessário criar propostas que resultem de fato na construção de uma escola democrática e com qualidade social, fazendo com que os órgãos dirigentes do sistema educacional, possam reconhecê-la como prioritária e instituem dispositivos legais que sejam coerentes e justos, disponibilizando os recursos necessários à realização dos projetos em cada escola. Assim a escola pode contribuir com o desenvolvimento local, articulando as forças do poder local do território, a fim de que os participantes diretos da escola possam participar das escolhas e decisões.

1.2 Desenvolvimento local: o que a escola tem a ver com isso?

As estruturas escolares sofreram alterações marcantes nas últimas décadas e isso ocorreu em grande parte devido as modificações no sistema de produção econômica que se deu em todo o mundo principalmente a partir da década de 80.

Nas empresas, o modelo de gestão se alterou e nas escolas não foi diferente. As mudanças estruturais de ordem econômica sugerem a emergência de um novo

modelo de gestão das instituições sociais, entre elas, a escolar.

Principalmente após 1945, a industrialização e as novas formas de divisão do trabalho que se disseminaram mundialmente, proporcionaram o crescimento econômico, mas não sanaram problemáticas estruturais no campo social. Dentre essas problemáticas também se pode citar as desigualdades regionais sejam de países ou de Estados. O modelo desenvolvimentista com base essencialmente econômica passa a ser questionado principalmente no início da década de 70, período que antecede a Conferência das Nações Unidas realizada em 1972 sobre o Ambiente Humano (Goulart, 2005).

Se o modelo desenvolvimentista e o crescimento econômico privilegiavam os países centrais e detentores das novas e modernas tecnologias, os países periféricos pagaram um alto preço por seu desenvolvimento. Esse ônus foi marcado por crises na ordem social de alguns países subdesenvolvidos, como pôde-se presenciar inclusive na América Latina.

A partir da década de 80, reformulações e políticas foram sendo implementadas e novos e alternativos modelos de desenvolvimento têm marcado presença no campo econômico e social. Muitas vezes essas políticas têm sido apoiadas por órgãos internacionais como Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e outros. Neste contexto emergem também novos conceitos como o desenvolvimento endógeno que tem dado valor às instituições e atores locais de uma determinada região ou território, que organizados possuam força para direcionar, em parte, seu próprio desenvolvimento.

A partir dessa ótica tem –se reestruturado e criado instituições que primam pela articulação do poder local e das forças endógenas de cada localidade. Muitas instituições foram criadas com a intenção de promover debates e tomada de decisões acerca do desenvolvimento local e regional. Um exemplo disso são os COREDEs (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) que são fóruns regionais de discussão

criados no Rio Grande do Sul no início da década de noventa e inserem-se no contexto do crescente interesse pelas temáticas regionais (Bandeira, 2004). Esses conselhos objetivam criar espaços para que os cidadãos e atores sociais se manifestem e dêem sua opinião, ocupando assim espaço na esfera pública de poder decisório.

É claro que a esfera local não pode ser compreendida individualmente, pois o “local” faz parte de uma estrutura “global” que jamais pode ser desprezada. Muitos autores e estudiosos das questões desenvolvimentistas chamam atenção para o risco de se relativizar as forças e políticas nacionais e mundiais e se dar exagerada ênfase ao local, como se ele possuísse autonomia quase que total (Goulart, 2005).

As políticas e ações, mesmo que planejadas em nível local, sempre devem possuir um enfoque mais abrangente que o próprio local, levando em consideração que grande parte das diretrizes políticas e econômicas são planejadas por órgãos nacionais e até internacionais. Mas isso não quer dizer que os espaços locais não possuam autonomia frente aos espaços nacionais e transnacionais para recriarem seus espaços.

Como espaço de operacionalização do desenvolvimento, o local é constituído por relações de poder entre atores individuais e coletivos, buscando articular uma capacidade de agir em bases plurais. O foco na localidade e a articulação entre instituições de diferentes naturezas implicam em reconhecer um palco mais ou menos delimitado onde diferentes atores protagonizam jogos de poder. (GOULART, 2005, p. 53)

De acordo com o autor, o local possui uma relativa parcela de poder, que se manifesta a partir de seus atores sociais, que articulados possuem capacidade de intervir em seu desenvolvimento. Da mesma forma é através das instituições que esta articulação é possível.

Neste sentido pode-se compreender a escola como uma instituição capaz de articular os atores locais na busca por seus interesses dentro do contexto educacional. Sendo assim, espaço público e participativo. O “local” escolar pode ser um espaço

articulado, interessado em proporcionar a seus atores espaço nas decisões que a instituição irá tomar. E essa articulação será possível através da elaboração de um Projeto político-pedagógico próprio.

1.3 Contribuições do projeto político – pedagógico escolar na dinâmica do desenvolvimento local.

Como já ressaltado no subcapítulo anterior, a escola pode contribuir com o desenvolvimento local, podendo ser uma esfera de participação popular e uma instituição comprometida com o desenvolvimento de sua comunidade escolar. A proposta de um trabalho educacional que promova o desenvolvimento da comunidade local exige clareza com relação aos objetivos sociais, educacionais e políticos que norteiam esta proposta. É necessário ter consciência que na ação escolar interferem inúmeras questões de ordem social, cultural e informacional. Portanto, é preciso também ter clareza de que tipo de cidadão se deseja formar e como isso irá se refletir na proposta pedagógica de cada instituição de ensino.

Neste sentido tem-se mostrado significativo que as escolas construam vínculos com sua comunidade local. Esses vínculos podem ser construídos quando a escola abre suas portas para a comunidade, chamando as pessoas para participarem, proporcionando atividades que proporcionem o contato entre escola-comunidade. Como ressalta Hernandez (2003) a escola não pode se fechar atrás de seus muros; ao contrário; deve abrir-se para a comunidade, tornar-se visível, fazendo com que ela também seja ouvida. E para que a escola contemple as necessidades de sua comunidade local e escolar, ela deve elaborar um documento onde estejam registrados os anseios da mesma.

A partir da LDB 9394/96 todas as escolas têm a incumbência de elaborar, em parceria com sua comunidade escolar, um Projeto político-pedagógico. A necessidade de elaboração desse projeto não surge desconectada de um novo modelo de sociedade que surge principalmente a partir das duas últimas décadas.

As exigências em torno da qualidade na educação são crescentes de duas décadas para cá. As estruturas econômicas e o modo de produção se modificaram significativamente, o que se refletiu no campo das instituições sociais. Isso passou a requerer das instituições de ensino um novo perfil, tanto no formato de sua gestão (dotada de alguns aspectos autônomos), como na incidência de um novo perfil de aluno formado com a capacidade de compreensão dos processos dinamizados pelas práticas globalizadas da economia e pelas políticas de reestruturação da educação adotadas no mundo todo.

“A escola está em busca de uma autonomia que possa colocá-la em outra situação no panorama educacional e social, compreendendo em maior profundidade a sociedade em que vive, o modo de produção e o próprio sentido da transformação social” Favacho (1996, p.303). A instituição escolar em sua existência possui uma função social e é chamada constantemente a rever suas ações, o que gera questionamentos a respeito de sua prática e de sua funcionalidade dentro de um contexto mutante como o que hora se apresenta.

O próprio aparato legal que rege a educação dá ênfase aos processos sociais e de articulação da escola com sua comunidade local. Assim a escola poderá estar recriando seu espaço, e a comunidade estará experimentando um processo de participação dentro do contexto escolar.

Para que a instituição escolar contribua com o desenvolvimento local é necessário compreendê-la como um espaço de organização entre os atores locais, como uma instituição aberta a sua comunidade, ouvindo os pais e principalmente, colocando a comunidade a par de suas ações.

Independente do tipo de ações que a escola planeje e execute é preciso compreender que, de alguma maneira (positiva ou não), a escola tem respaldo na comunidade, e esse respaldo se bem conduzido pode concorrer para o

desenvolvimento local. E isso se dará através da articulação escola-comunidade, quando a escola coloca seus serviços à disposição da população, quando cria ações que favoreçam a participação dos pais na escola, ou quando ofereça espaço para a manifestação popular.

O Projeto político-pedagógico, ao ser construído de forma coletiva entre professores e comunidade escolar, passa a ser uma política pública de direcionamento para a escola. E se ele conter em seu interior práticas que se difundam na comunidade pode ser uma política que irá auxiliar na construção de um município ou comunidade mais integrada aos assuntos educacionais e mais informada à respeito das políticas de ordenamentos do sistemas de ensino.

2. ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

Ao se falar nas questões históricas da educação no Brasil é preciso ter claro que existe uma relação entre a organização escolar em um determinado momento e os períodos vividos pela sociedade. Portanto, a escola sempre serviu para um determinado fim, dentro de um determinado contexto histórico.

A situação educacional no Brasil nos últimos anos vem sendo alvo de questionamentos e debates que há muito já extrapolam o discurso apenas dos professores. Hoje, as questões educacionais, se expandem ao cotidiano da sociedade em geral, e tem se apresentado como objeto de análise e pesquisas acadêmicas de várias ordens. Além de servirem como apoio para o discurso de governantes e políticos que sempre citam a educação na hora de suas falas.

De acordo com Moacir Gadotti (1994,p.17) A História da Educação no Brasil divide-se em três períodos que são: *do descobrimento até 1930*, neste período houve predominância da educação tradicional, centrada no adulto e na autoridade do educador, a ação educativa era caracterizada pela religiosidade e o ensino privado. *O segundo período que se inicia no ano de 1930 e vai até 1964* é posterior a uma fase de confronto entre o ensino publico e o privado. Neste período surge o movimento denominado “Escola Nova”, seu objetivo era que a ação educativa fosse centrada na criança e a utilização de novos métodos, opostos à educação tradicional. *O terceiro período foi pós 64*, onde se inicia uma extensa fase de educação autoritária dos governos militares, baseada numa educação fundamentada no tecnicismo.

Depois de 1985 inicia-se uma fase de transição, que perdura até os dias atuais em busca de uma educação de qualidade e de acesso a todos, mas que vem revelando o grande atraso do país em questões relacionadas à educação.

Como aponta Piletti e Piletti (1997, p. 132) a História demonstra que, apesar de intensas lutas do povo brasileiro, o país sempre foi mantido em situação de dependência. Primeiro de Portugal, depois da Inglaterra, por último dos Estados Unidos. “E a educação foi um dos instrumentos de que lançaram mão os sucessivos grupos que ocuparam o poder para promover e preservar esta dependência”. Seja através da exclusão ao acesso a educação ou por meio de métodos e conteúdos, a educação parece ter servido sempre como prática de submissão aos grupos dominantes.

As fases históricas pelas quais a educação brasileira passou são relatadas, agora, de uma forma sucinta.

2.1 Os Jesuítas e a educação voltada para a religiosidade

Durante mais de dois séculos (entre os anos de 1549 e 1759), os jesuítas foram os responsáveis pela educação brasileira. Inácio de Loyola no ano de 1534 fundou a Companhia de Jesus, que foi um movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante. O objetivo desta ação era impedir o avanço do protestantismo através da educação das novas gerações e através da ação missionária introduzir a fé católica as regiões que estavam sendo colonizadas.

O primeiro grupo de jesuítas chegou ao Brasil, mais precisamente em Salvador, no ano de 1549, liderados pelo padre Manoel da Nóbrega e se espalharam por várias regiões do país, primeiro ao sul, depois ao norte. E logo se integraram à política colonizadora de Rei de Portugal. Assim a realeza facilitava a ação missionária e a ação dos jesuítas favorecia a mesma, pois procurava converter os índios aos

costumes europeus e a religião católica. A atuação dos jesuítas baseava-se pois na ação educativa e na pregação da fé católica. Junto com as aulas de catequese (destinada aos indígenas) os jesuítas organizaram nas aldeias as chamadas escolas de ler e escrever, onde eram ensinado o idioma e os costumes de Portugal. A abrangência da ação jesuíta foi bastante ampla e se difundiu em várias classes sociais “Os jesuítas responsabilizaram-se pela educação dos filhos dos senhores de engenho, dos colonos, dos índios, e dos escravos. A todos procuravam transformar em filhos da Companhia de Jesus e da Igreja” (Piletti e Piletti, 1997,p. 136).

O plano completo de estudos mantido pela Companhia de Jesus era denominado *Ratio studiorum* e além das aulas de ler e escrever eram oferecidos cursos após esta etapa. Os cursos oferecidos eram: **Letras Humanas**: de nível secundário abrangia estudos de Gramática latina, Humanidades e Retórica. Outro curso oferecido era de **Filosofia e Ciências**, também em nível secundário eram ministrados estudos sobre Lógica, Metafísica, Moral, Matemática, e Ciências Físicas e Naturais. E em nível superior era oferecido o curso de **Teologia e Ciências Sagradas** voltado a formação de sacerdotes.

Foi Marques de Pombal quem suprimiu as escolas jesuíticas de Portugal e seus domínios no ano de 1759 sob alegação de que os jesuítas opunham-se ao controle do governo português. Substituindo as escolas jesuítas foram criadas as aulas régias de Latim, Grego e Retórica. O objetivo da reforma de Pombal foi substituir uma escola que estava mais voltada para a construção da religiosidade, por uma escola que viesse a promover ações úteis ao Estado (Piletti e Piletti, 1997, p.139). Nos primórdios do século XIX, o ensino no Brasil era quase que incipiente, tanto pelo desmoronamento do princípio jesuítico de educação, quanto pela falta de uma ação que promovesse algo que fosse implantado em seu lugar.

2.2 A Independência do Brasil e a formação das Elites: uma nova fase da Educação no país.

Com a chegada da Família Real Portuguesa no Brasil em 1808 e a Independência do Brasil em 1822, o governo começou a demonstrar preocupações no campo da educação principalmente com a formação das elites que dirigiam o país. O ensino secundário e superior foram valorizados e os ensinamentos primário e técnico – profissional foram deixados de lado.

Muitas transformações de ordem política, econômica, culturais e sociais foram percebidas nos séculos XVIII e XIX. Na política, a burguesia derrotou a nobreza, e assumiu o poder do Estado. Na economia, as grandes produções em massa e o avanço do capitalismo promovem a miséria dos trabalhadores. Cresceram as cidades e surgiram os proletários, que necessitavam vender sua força de trabalho em troca de salários. Foi nesta época, também, que se desenvolveram as ciências humanas como a Psicologia, a História, a Antropologia e outras que procuravam compreender as transformações que ocorreram naquela época.

Foram criados pelo governo nesta época o Curso de Cirurgia e Anatomia (1808), a Academia Real da Marinha (1808) e a Biblioteca Pública (1810). Em benefício do ensino primário muito pouco foi realizado, apenas a instituição da gratuidade do ensino e a criação de algumas escolas.

No fim do Império, para uma população de quase 14 milhões de pessoas, havia cerca de 250.000 matriculados nas escolas primárias. Ao término do governo Imperial, o Brasil ainda não possuía um sistema integrado de ensino. Não havia Universidades, apenas escolas de Nível Superior como as Faculdades de Direito de São Paulo e Recife, e as Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador e a Escola de Engenharia do Rio de Janeiro.

2.3 A primeira república: crise na educação elitista

Foi na Primeira República que se iniciaram os questionamentos sobre o modelo educacional herdado do Império (que privilegiava a educação das elites e deixava de lado a educação popular). A Revolução de 1930 foi responsável por grandes transformações que impulsionaram o processo educativo no Brasil. Em 1891, a Constituição Republicana instituiu o laicismo do ensino, realizada em instituições públicas. Muitos princípios educacionais foram debatidos durante a Primeira República (1889-1930) e foi nesta época que se colocou em xeque o modelo educacional herdado do Império.

Como lembra (Gadotti,1994) nos primeiros vinte anos do século XX inspirados nos ideais liberais, na crença do poder da educação, e considerando a ignorância do povo como causa de todas as crises enfrentadas pelo país, os governantes criaram inúmeras Escolas Normais para formação de professores de ensino primário e surgiram movimentos contra o analfabetismo. Essa época também foi marcada por muitas reformas no ensino que tinham por objetivo estabelecer a estrutura e o funcionamento dos ensinos básicos e superior.

Durante a década de 20, houve muitos debates acerca da educação e no ano de 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE). Fernando de Azevedo e Pascoal Leme eram educadores brasileiros que faziam parte desta associação, que estimulou uns movimentos renovadores da educação, que promoveu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Esse movimento buscou instituir *o ensino fundamental público, laico, gratuito e obrigatório* (Gadotti, 1994).

2.4 A Educação Nova ou “Escola Nova” no Brasil

Ao término da Primeira República, em termos de educação, muito pouco havia mudado com relação a época do Império, principalmente o ensino primário estava esquecido, principalmente pelo governo federal. E o ensino secundário ainda não era

seriado, servindo quase que exclusivamente para preparar para o ensino superior. Não havia ainda uma Universidade, apenas algumas faculdades.

Foi com a Revolução de 1930 e com a ocupação de alguns reformadores educacionais de cargos importantes na administração do ensino que a educação brasileira começou a passar por importantes transformações e ganhou feições de um sistema articulado, segundo normas do governo federal (Pilleti e Pilleti 1997).

A Revolução de 1930 promoveu a criação do Ministério da Educação⁶ e das Secretarias de Educação dos Estados. Na Constituição de 1934 um capítulo foi incluído que dizia respeito à educação. O Governo Federal assumiu atribuições como: função de integração e planejamento global da educação, a função normativa para todo o país e todos os níveis educacionais, a função supletiva de estímulo e assistência técnica, a função de controle, supervisão e avaliação da educação.

Em 1932, vinte e seis educadores disseminaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e propunham a reconstrução da educação no Brasil. Nesse documento foram sugeridas muitas soluções que, aos poucos, foram implantadas na educação do país. Suas idéias básicas eram: a educação vista como instrumento de reconstrução da democracia no Brasil, visando a integração dos grupos sociais. A pedagogia nova começa efetuando a crítica à pedagogia tradicional, esboçando uma nova maneira de interpretar a educação (Saviani, 1986).

A escola deveria adaptar-se as características regionais, atendendo a diversas fases do desenvolvimento humano. Defendiam também uma educação pública, gratuita, laica, obrigatória, e sem preconceitos de cor, raça ou religião. O currículo deveria de adaptar aos interesses naturais dos alunos. E todos os professores, mesmo de ensino primário, deveriam possuir formação superior.

⁶ Como Ministro da Educação foi escolhido Francisco Campos, que foi reformador, na década de 20, do sistema educacional do Estado de Minas Gerais.

A Constituição de 1946 estabeleceu que, a cada ano, a União deveria aplicar nunca menos de dez por cento da renda originária dos impostos na área da educação. Este número crescia a vinte por cento para os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

Em 1934 foi fundada a Universidade de São Paulo. O ensino primário foi regulamentado em 1946. O ensino secundário dividiu-se em dois ciclos: fundamental e complementar (1931) ginasial e colegial (1942). O ensino técnico – profissionalizante passou a ter legislação nacional a partir de 1942. Foi também a Constituição de 1946 que frisou a necessidade da elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases que orientasse o ensino no país.

2.5 A Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (em todos os níveis) foi a Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961. Essa lei tramitou no Congresso por 13 anos (desde 1948), antes de ser aprovada. Dos anos de 1946 a 1964 houve um avanço da participação popular na educação, muitas campanhas foram realizadas tendo em vista a ampliação e a melhoria na educação.

A LDB 4024 de 1961 tinha como principais características: objetivos de ensino baseado em princípios de liberdade e solidariedade humana. Os conteúdos curriculares eram diversificados e havia também matérias obrigatórias. A estrutura do ensino ficou instituída da seguinte forma: *pré-primário* – até os sete anos de idade; *primário* – quatro a seis anos de duração; *ensino médio* – ginasial de quatro anos e colegial de três anos; *superior* – graduação e pós-graduação.

A escola pública passou a ser uma luta e no estado de São Paulo, os estudantes das escolas públicas ultrapassaram o número de estudantes das instituições particulares. Vários movimentos em prol da educação popular foram organizados. Foi nessa época que o método de alfabetização Paulo Freire foi

difundido tanto no Brasil como no exterior. Seu principal atributo concentrava-se no ajuste entre as práticas educativas e o meio onde o aluno se insere. O método consiste em trabalhar com palavras ou “temas geradores” que são palavras e expressões significativas para o educando. O golpe militar (1964) interrompeu o projeto de Freire e ele foi exilado.

2.6 A realidade educacional a partir de 1964

A partir de 1964, assim como vários setores, a educação brasileira foi submetida ao autoritarismo que se instalou no Brasil. O regime militar que se instaurou no Brasil no ano 1964 afastou o presidente João Goulart do poder e impediu que os avanços e conquistas do povo (que foram verificadas anteriormente) continuassem a se expandir. O povo foi impedido de escolher seu presidente e seus governadores e, em algumas cidades, até o prefeito (inclusive das capitais) não podia ser eleito por voto popular.

Na economia a renda passou a se concentrar na mão de poucos, as desigualdades cresceram bastante. As condições no campo pioraram, o que fez as pessoas migrarem para as cidades, que ficaram sobrecarregadas o que proporcionou a marginalização e aumentou a precariedade da vida das pessoas.

No contexto educacional, as manifestações dos estudantes foram reprimidas a base da força. O governo promoveu a reforma Universitária que instituiu o vestibular classificatório e instaurou nas Universidades, um modelo empresarial, organizando-a em unidades isoladas. Nessa época, também, as vagas nas escolas superiores privadas foram multiplicadas.

No ano de 1971, houve a reforma do ensino de 1º e 2º graus que estabeleceu como objetivos deste ensino: a auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. A estrutura do 1º grau ficou com oito anos de duração e a do 2º grau entre três e quatro anos (obrigatoriamente profissionalizante até 1982). Com

relação aos conteúdos foram instituídos dez obrigatórios, sendo dificultada a liberdade de inclusão de outras matérias.

Apesar dos avanços a educação ainda apresentava sérios déficits, 25,94% da população de quinze anos a mais ainda continuava analfabeta. No ano de 1980, sete milhões de crianças de sete a catorze anos continuavam fora da escola. As reprovações na 1^o série eram quase 50%. Das pessoas que iniciavam os estudos aproximadamente 85% na chegavam ao 2^o grau. ⁷

2.7 A Constituição Federal de 1988 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996

Aqueles que acreditavam que, após vinte e um anos de governos Militares, o país mudaria completamente se desiludiram, pois só em 1989 é que o Brasil presenciaria uma eleição direta para Presidente da República. Na economia, o fracasso do Plano Cruzado e das demais iniciativas posteriores diminuiram muito a credibilidade do governo para resolver questões da área econômica. As velhas políticas de clientelismo e corrupção, tão conhecidas do povo brasileiro, continuaram a existir na Nova República para insatisfação do povo.

De acordo com Piletti e Piletti (1997,p.255), no campo da educação, a Constituição promulgou ,entre outros,o seguinte:

- Educação como direito de todos e dever do Estado e da família
- Princípios: igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização do educador, gestão democrática, qualidade;
- Deveres do Estado: gratuidade e obrigatoriedade progressivas, atendimento aos deficientes e as crianças de zero a seis anos
- Conteúdos mínimos comuns e ensino religioso facultativo

⁷ Dados retirados do livro de Piletti e Piletti (1997) “História da Educação “

- Verbas: 18% do governo federal e 25 % dos outros para o Ensino, verbas públicas para escolas particulares sob certas condições

Foi a partir da Nova Constituição que educadores e entidades educacionais mobilizaram-se para oferecer ações para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que seria promulgada no final do ano de 1996 (20 de dezembro) e que tramitou no Congresso por oito anos.

A LDB 9394/96 em seu artigo 1º deixa claro que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” e em seu segundo parágrafo do mesmo artigo afirma que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”.

Também em seu artigo 12, a LDB diz que os estabelecimentos de ensino respeitando as normas de seu sistema de ensino terão a tarefa de executar sua proposta pedagógica. O mesmo artigo alude que os sistemas escolares devem articular-se com as famílias e a comunidade. A partir disso as instituições de ensino contam com a participação da comunidade escolar, representada por pais, alunos, professores e funcionários, que poderão ter voz ativa na elaboração de metas e planos para a ação da instituição. As escolas, conhecendo de perto sua comunidade, podem dar respostas mais adequadas aos problemas de cada local e avaliar melhor o resultado das medidas adotadas (Gadotti, 2000). A comunidade, fazendo parte das decisões da escola, pode contribuir para que as ações venham ao encontro das necessidades comunitárias, pois o quadro de professores e gestores trabalhando sozinho não possuem capacidade de prever o que realmente é necessário ou significativo para sua comunidade escolar e local.

A mesma Lei estabelece no artigo 23 que cada escola tem autonomia para prever formas de organização que permitam atender as peculiaridades regionais e

locais, às diferentes clientela e necessidades do processo de aprendizagem.

O artigo 23 da LDB vem ao encontro do que diz Gadotti (2000, p.181):

Não existe um único modelo capaz de tornar êxitosa a ação educativa. Cada escola é fruto da evolução de suas próprias contradições. Existem muitos caminhos, o caminho que pode ser válido numa determinada conjuntura, num determinado local ou contexto pode não ser em outra conjuntura ou contexto.

Mesmo possuindo algumas características semelhantes uma realidade escolar jamais será igual a outra. Portanto ao assumir um caminho para seguir a escola precisa estar consciente de que esse seja realmente o caminho desejado pela grande maioria de seus usuários. Pois cada realidade é única e precisa de ações que são específicas para cada instituição escolar.

2.8 O papel da escola na contemporaneidade

Muitos pensam que educação na atualidade está em crise. O que presenciamos hoje são escolas sucateadas, professores desmotivados, mal remunerados e alunos desestimulados frente às perspectivas educacionais. Além do que há falta de vagas em muitas escolas públicas e a infra-estrutura é precária para o atendimento de grande número de alunos.

É verdade que muitas ações políticas têm procurado mudar esta realidade e várias políticas públicas vêm agindo no sentido de proporcionar o ingresso e a permanência na escola (mesmo que seja em forma de ações assistencialistas), o que de certa forma tem surtido algum efeito dentro do contexto educacional, mas não é o suficiente. O que realmente se necessita é uma educação que avance em vários sentidos, principalmente na transformação do pensamento e na ação voltada para a diminuição das desigualdades e exclusões sociais que se presencia em nosso país.

Como salienta Mariano Enguita (2004,p. 07):

Ainda são muitos aqueles que vêem na educação o melhor e principal instrumento para ajudar as pessoas a se prepararem para uma vida plena, uma cidadania participativa, uma posição econômica digna e suficiente, uma convivência não conflituosa, uma apreciação adequada da cultura e das relações sociais em constante processo de mudança. Contudo, proliferam – e, às vezes, ruidosamente – os que asseguram que já não é assim. Ninguém proclama, é claro, que educar seja algo francamente inútil, contraproducente ou errático, mas insistem nos tópicos mais ou menos parciais que, reunidos, dariam como resultado este diagnóstico. (...) seria incoerente educar para a convivência, a solidariedade, a paz, etc., quando em torno da escola a sociedade se mostra individualista, competitiva ou agressiva.

Estas visões ambíguas, que Mariano Enguita relata acima sobre a educação atual, remete a pensar na crise pela qual a sociedade passa na atualidade, principalmente em tempos de globalização e políticas neoliberais que há muito já ultrapassaram a conjuntura econômica e agora se enraízam em outras áreas da vida do homem. E como salienta (Gadotti, 1998) a escola, que não é uma ilha de pureza na qual as contradições de classes não penetram, também acaba sendo atingida por essas ações neoliberais e globalizadas que se proliferam rapidamente pelas sociedades de todo o mundo.

Mesmo que se presencie hoje uma educação permeável, onde as ações globalizadas e as tendências neoliberais estejam presentes, não é isso que se espera da educação atualmente, mas ao contrário, se espera uma educação que se concentre nos valores humanos e que resgate os direitos, a cidadania e seus valores como pessoa humana. E não uma educação e uma escola que seja uma mera reprodução dos interesses dominantes. Contrapondo-se assim a uma ação educativa onde o educando seja um mero espectador do espetáculo de reprodução capitalista, que muito já se faz presente em nossa atualidade, pois como salienta Paulo Freire (2003) “o homem é um ser inacabado, e não haveria educação se o homem fosse um ser acabado”.

A prática educativa é uma ação conjunta, pouco adianta um aparato legal que conceba a educação como uma ação democrática, voltada para a construção de educandos críticos e participativos, se não houver profissionais comprometidos com

tal ação.

Uma educação alicerçada apenas em questões de ordem conteúdista, baseada apenas na qualidade da informação repassada e baseada nas avaliações escolares não tem grande respaldo na vida social do aluno. Ao contrário, coloca-o na posição de um ser acabado que apenas “recebe” informações para depois repassá-las, através da avaliação, demonstrando para seu educador que aprendeu esse é o princípio da educação “bancária” que Freire critica em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1979).

É justamente nesse sentido que se deve pensar a educação, enquanto ação social e que ajude o homem a se tornar um ser pensante criativo e que lute por seus direitos e cumpra seus deveres. A educação de qualidade não é uma educação de característica significativa apenas no sentido de conteúdos programáticos, com currículos elaborados por pessoas que não conheçam a realidade escolar de cada comunidade, mas, ao contrário, a educação contemporânea deve vir ao encontro das particularidades de cada escola, pois cada realidade é única e quem a conhece são justamente aqueles que ali vivem, que ali trabalham.

Ninguém melhor do que os próprios professores, pais, alunos e funcionários das escolas (diga-se comunidade escolar) para conhecer as necessidades de sua escola e são estes mesmos atores da educação que devem projetar e pensar que escola almejam para sua comunidade.

Os inúmeros problemas educacionais e o verdadeiro papel da educação formal são motivos de ampla discussão na sociedade atual. É preciso fazer uso de um esforço coletivo para vencer as barreiras e dificuldades que inviabilizam a construção de uma escola pública que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social, contrapondo-se ao atual modelo gerador de desigualdades e exclusão social que prevalece nas políticas educacionais de inspiração neoliberal.

A escola não está isolada do sistema social, político,cultural, mas ela pode recriar seu espaço de trabalho junto com seus pares, em função da qualidade das aprendizagens dos alunos e de objetivos pessoais, profissionais e coletivos (J.C. Libâneo ,2004).

Assim salienta Praxedes (2004, p.01):

Cabe aos participantes dos processos educativos a decisão sobre a ênfase que será adotada. A educação é também um processo social do qual participamos enquanto realizamos uma opção entre diferentes valores e objetivos a serem alcançados. Uma educação democrática é aquela em que todos os envolvidos podem participar na definição dos rumos da educação. E escola é um espaço público para a convivência fora da vida privada, íntima, familiar. Ao nos capacitarmos para a convivência participativa na escola, participamos de um processo de aprendizagem que também nos ensina como participar do restante da vida social.

O papel da escola na contemporaneidade é baseado na participação, na ação conjunta de toda a comunidade escolar. Os alunos, hoje, precisam aprender a participar, e a escola pode ser um meio indispensável de elevação do nível cultural e do desenvolvimento de conhecimento e capacidade para o enfrentamento de um mundo de condições tão tumultuadas como o atual.

A escola deve atuar frente às profundas desigualdades sócio-econômicas, que excluem uma parcela da população, marginalizada pelas concepções e práticas inspiradas no neoliberalismo. Não basta esperar por soluções que venham verticalmente dos sistemas educacionais. É necessário criar propostas que resultem de fato na construção de uma escola democrática e com qualidade social, fazendo com que os órgãos dirigentes do sistema educacional possam reconhecê-la como prioritária e instituem dispositivos legais que sejam coerentes e justos, disponibilizando os recursos necessários à realização de seus projetos particulares.

Do contrário, a escola não estará efetivamente cumprindo o seu papel, socializando o conhecimento e investindo na qualidade do ensino. A escola tem um papel bem mais amplo do que repassar conteúdos, porém, deve transformar a sua

própria prática (por vezes fragmentada e individualista) que reflete a sociedade injusta em que está implantada.

3. A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

A partir da LDB 9394/96, as escolas possuem autonomia para construir sua proposta pedagógica e a participação da comunidade na gestão da escola também começa a ser mais enfatizada.

Por que falar de "gestão democrática" na escola pública?

Ela certamente não solucionará todos os seus problemas, mas há razões, teóricas e experimentais, para crer que ela é um condicionante imprescindível da qualidade do ensino. Participar da gestão significa inteirar-se e opinar sobre os assuntos que dizem respeito à escola, isso exige um aprendizado que é, ao mesmo tempo, político e organizacional. (GADOTTI, 1994, p. 01)

É de fundamental importância que se promova a participação da comunidade na gestão da escola, mas isso nem sempre ocorre de forma satisfatória. Esta participação, muitas vezes, pode vir permeada de certas dificuldades tanto da parte da comunidade como da escola e do seu quadro de gestores. Para que ela ocorra é necessário que as pessoas da comunidade escolar se apropriem e reconheçam sua parcela de participação na gestão da escola.

A gestão democrática da escola pública instituída pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB 9394/96 reabriu mais uma vez um fervoroso debate sobre a organização das escolas, e fez com que a estrutura escolar fosse em alguns sentidos repensadas e reformuladas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) regulamenta a gestão democrática da escola, estabelecendo orientações para a organização

do espaço físico, o trabalho pedagógico e a participação dos atores escolares, e para a integração entre escola e comunidade. O que mais se destaca nos textos legais, é que atribuem papéis cada vez mais complexos à gestão escolar, a qual deve responsabilizar-se não apenas pelo funcionamento do sistema escolar, mas também pela realização dos princípios fundamentais de igualdade de oportunidades educativas e de qualidade do ensino. (FONSECA, 2003,p. 306)

Os textos legais têm atribuído uma parcela de autonomia para as escolas, e propõem vínculos que precisam ser criados entre comunidade e escola.

Principalmente de 1988 em diante, a esfera educacional vem sofrendo mudanças e passando por inúmeras transformações. Transformações essas que, no discurso de alguns, visam uma mudança de ordem qualitativa dos processos, mas que, na prática, muitas vezes constituem-se de meras ações que nem sempre se efetivam e servem para demonstrar mais uma vez o descaso do poder público com as questões educacionais.

Os processos educacionais fazem parte daqueles que mais se mostram vulneráveis as ações de fenômenos de ordem econômica, social, cultural e informacional, pois a educação transpassa todas estas conjunturas e se situa dentro de uma condição não linear, principalmente se compreendida como ação a ser exercida dentro de um contexto globalizado e em constante transformação como o que se presencia atualmente.

Como bem salienta Libâneo, (2004,p.20):

O impacto das transformações nos sistemas de ensino e nas escolas é direto: alteração no perfil de formação geral e profissional dos alunos, mudança nos currículos e nas formas de gestão da escola, reavaliação das funções e responsabilidades do professorado, formas de participação das famílias etc. Ou seja, junto com a reestruturação produtiva vem as reformas educacionais, pois há suficiente base histórica para sabermos que reajustes na realidade econômica e produtiva incidem em alteração no âmbito social, cultural e até pessoal.

Devido as mudanças atuais, mudanças essas que são sentidas e refletidas nas escolas, é que não se pode relativizar o valor das instituições de ensino, pois elas são instituições formadoras de um grande número de pessoas, e têm como princípio reformular e orientar o processo de formação humana.

Se o mercado de trabalho exige hoje eficientes trabalhadores, seres humanos capazes de interagir com um mundo cada vez mais globalizado, referenciado pela mudança constante, pessoas capazes de compreender os processos dinâmicos da sociedade e da economia, é também papel da escola auxiliar na construção desse perfil de trabalhador.

Nos últimos anos há de se convir que alguns passos foram dados em busca de uma escola mais democrática e participativa. Parte da prática de gestão foi delegada a própria instituição de ensino que, dotada de alguns aspectos autônomos, tem a oportunidade de gerir a escola com a participação da comunidade escolar. Mas essa participação nem sempre ocorre de forma satisfatória e muitas escolas ainda concentram no diretor e sua equipe diretiva o centro das tomadas de decisões.

Existem muitas possibilidades de mudanças a partir de ótica da Gestão Democrática, mas ainda são muitos os entraves que se colocam frente a esse novo modelo gestor, um exemplo desses entraves é a pouca participação dos pais e da comunidade, ou mesmo o pequeno espaço na tomada de decisão que algumas escolas concedem à comunidade escolar e local.

3.1 Gestão Democrática: possibilidade e entraves

A aprovação da LDB 9394/96 marcou uma nova fase da educação brasileira e previu como responsabilidade de cada instituição escolar parte da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Essa prática descentralizou, em parte, o poder decisório, e repassou uma parcela de responsabilidades pela gestão à própria escola e seus usuários potenciais e efetivos (comunidade escolar). Com isso se torna

constitucional e necessária a participação de todos os segmentos da comunidade escolar no que concerne as tomadas de decisões no interior da escola.

As escolas compõem, efetivamente, um sistema público, implicando princípios, normas e diretrizes organizacionais, pedagógicas e curriculares que orientam a educação nacional. Como todos os brasileiros têm direito à educação básica, há de existir garantia institucional da realização desse direito, a qual só pode ser assegurada pelo Estado e pelo sistema de ensino que institui. Não se ignora que normas, leis e diretrizes da educação nacional estão sujeitas a decisões políticas. No embate das forças sociais que se movimentam na sociedade, os grupos detentores do poder econômico e político dirigem também as decisões educacionais. Todavia, as relações sócias e políticas nunca são harmônicas, nem estáveis; ao contrário, são tensas, conflituosas, contraditórias, favorecendo a existência de um espaço para que as escolas e seus profissionais operem com relativa autonomia em face ao sistema político dominante. (LIBANEO et all, 2006,p. 33)

Como argumenta Libâneo, fazendo referência às relações sociais e políticas, dentro do contexto escolar as relações também não são harmônicas ou estáveis e, principalmente, quando novos atores sociais surgem as relações tendem a ser mais conflituosas ainda, já que cada grupo apresenta uma posição, as vezes diferente das de outros grupos. A grande riqueza da participação acontece na medida que cada grupo ou cada pessoa traz para o grande grupo as suas percepções de realidade (Pellegrini, 1986).

Se bem conduzido, o embate de idéias e opiniões pode ser muito salutar, mostrando que a escola pode ser um espaço popular de expressão de idéias e de organização de práticas desejadas pela maioria. Os planos de ação da escola serão democráticos quando forem impregnados das diferentes percepções existentes na comunidade escolar.

Neste contexto pós – LDB, emerge a necessidade da escola ser regida não apenas pela esfera governamental e pela equipe diretiva, mas também alude que cada escola possua integrada a sua gestão membros da comunidade escolar, que participem, fiscalizem e sejam conhecedores das diretrizes a serem assumidas e praticadas pela escola.

A gestão democrática oferece, principalmente pela ótica da estrutura legal, um grande passo para a construção de escolas mais democráticas e participativas. Entretanto é de se convir que inúmeros entraves se colocam frente a essa nova visão de organização das escolas.

Uma dessas dificuldades encontra-se na tarefa de dividir responsabilidades e cobrar participação ativa da comunidade. Os professores e gestores estão tão acostumados com seu trabalho que pode parecer um tanto inútil dividir ou dar satisfação as pessoas que estão fora da escola.

Outra dificuldade que pode se apresentar é em relação a participação dos pais. Muitas vezes, os pais já possuem seu tempo comprometido e acabam preferindo não se envolverem com assuntos escolares. Assim muitos pais não participam ativamente das ações da escola, apenas colaboram com a escola quando recebem solicitação.

Da mesma forma as reuniões destinadas aos responsáveis pelos alunos costumam apresentar pequeno número de pais. Decisões, muitas vezes importantes, são tomadas e uma pequena parcela de pessoas foi consultada. Assim os anos passam e a escola permanece sempre a mesma. Muitos, inclusive, criticam as ações das escolas, mas não se desacomodam para tentar reverter tal situação.

Agora a Lei prevê a participação da comunidade na escola, pode ser que no interior da escola a participação da comunidade aconteça de forma muito superficial ou que embate de opiniões nem aconteça. Pode ser que muito pouco seja reformulado dentro das escolas, e que tudo aconteça da forma como sempre aconteceu. Mas a gestão democrática pode ser o primeiro passo para uma reformulação, mesmo que a longo prazo, de diferentes formas de organização das instituições de ensino.

3.2 A participação da comunidade na gestão da escola

De acordo com Heloísa Lück (2006,p. 21) o trabalho educacional , por sua natureza, demanda um esforço compartilhado, realizado a partir da participação coletiva e integrada dos membros de todos os segmentos das unidades de trabalho envolvidos.

A postura pós – LDB 9394/96 que prevê a participação da comunidade na gestão da escola sugere a emergência de uma escola democrática e comprometida com as necessidades de seus usuários. Pois aproximar a escola e a comunidade pode ser uma das formas de atrelar os processos educacionais vigentes aos processos de valorização da realidade vivenciada pela escola. Já que escola não é uma “ agência “ que apenas reproduz as relações sociais, mas um espaço em que a sociedade produz os elementos de sua própria contradição Hora (1994).

Pressupõe-se que, se a escola existe enquanto promotora do repasses e da construção dos saberes culturalmente produzidos pela humanidade, ela deve existir em função daqueles à que atende, e não como mero aparelho burocrático do poder estatal. Além do que, os interesses estatais nem sempre são compatíveis com os interesses e necessidades das camadas populares, que é a quem a escola pública acolhe em sua maioria.

Frente às dificuldades enfrentadas pela educação evidencia-se a importância da ação da comunidade na procura por alternativas e diretrizes que se mostrarem eficazes na busca por um processo educacional mais democrático e dotado de qualidade.

Levando em consideração que a articulação entre escola e comunidade tende a promover a participação, a partilha de interesses e a tomada de decisões coletiva, a gestão democrática da escola alude que quanto mais unida uma comunidade local esteja na busca de seus objetivos e necessidades, mais terá a se beneficiar , pois

diretrizes e compromissos assumidos coletivamente possuem menores chances de serem rompidos ou desvirtuados.

Entretanto, os determinantes desta participação serão regidos pelas oportunidades concedidas à comunidade, e isso se assenta no grau de autonomia que a própria escola possui e em sua pretensão e necessidade de conceder e repassar autonomia à comunidade escolar.

É de se convir que nem sempre as coisas ocorrem como está expresso na Lei. Nem sempre as escolhas são feitas de forma democrática, e existem muitas resistências em relação à participação da comunidade na escola, o que tem se tornado um desafio para os gestores escolares.

A articulação escola/família/comunidade é um desafio (...) No fundo, o problema é que a escola tem um lugar na sociedade, mas a sociedade nem sempre tem um lugar na escola. E essa integração não passa por uma mudança cultural, que fundamentalmente, importa em reconhecer como educativo o extra-escolar.(CARNEIRO, 1998, p. 61)

De acordo com o autor uma mudança cultural se faz necessária para que se possa reconhecer que as atividades realizadas extraclasse também têm seu grau de importância e necessidade. Uma mudança de pensamento pode começar a brotar a partir da elaboração de um Projeto político-pedagógico que contemple as diferentes demandas dos vários segmentos que compõem o espaço escolar, que acaba indo muito além de professores e alunos.

É importante a participação da comunidade na gestão da escola, mas isso nem sempre ocorre de forma satisfatória. Esta participação, muitas vezes, pode vir permeada de certas dificuldades tanto da parte da comunidade escolar como da própria escola e de seu quadro de gestores. Para que ela ocorra é necessário que as pessoas da comunidade se apropriem e reconheçam sua parcela de poder na tomada de decisões que refletem na estrutura de funcionamento da escola.

Não se trata de mera participação ou colaboração dos pais dos alunos com a

escola, mas sim de uma divisão de responsabilidades entre os membros da comunidade escolar no que diz respeito aos rumos que a escola deva tomar nos mais diferentes sentidos (sejam pedagógicos, administrativos e financeiros). A construção de uma proposta hegemônica de gestão democrática pressupõe movimentos de participação na escola e na comunidade, com o acompanhamento de debates e práticas compartilhadas tanto no campo administrativo como pedagógico (Bastos, 2001).

Com a participação da comunidade na escola se pode começar a vislumbrar um novo sistema de gestão escolar que, embora apresentando dificuldades das mais variadas, possam concorrer para que as pessoas se apropriem da escola que possuem, e se tornem conhecedoras do sistema educacional vigente. Só assim teremos uma educação relativamente voltada para a transformação.

Uma coisa é expressar a crença de que, na medida em que consiga, na forma e no conteúdo, levar as camadas trabalhadoras a se apropriarem de um saber historicamente acumulado e desenvolver a consciência crítica, a escola pode concorrer para a transformação social; outra coisa bem diferente é considerar que a escola que aí está, esteja cumprindo essa função (...) Se quisermos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola (PARO, 2002, p.10)

Mas esta transformação necessita acima de tudo uma conscientização e uma ruptura da alienação em que se encontra a maioria da classe trabalhadora que hoje é a maior usuária da escola pública. Para que a escola se torne um local de participação é preciso conceder espaço para que as pessoas participem das tomadas de decisões.

A escola não pode estar estagnada, ela precisa agir, (através de suas práticas) para que os pais e a comunidade se aproximem e a reconheçam como uma instituição importante na educação de seus filhos e deles próprios.

E para aproximar a escola da comunidade torna-se necessária a elaboração de um plano construído em parceria entre escola e comunidade. Esse plano é o Projeto

político – pedagógico que pode vir a se tornar um documento norteador da prática da escola.

4. O PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO ESCOLAR: o planejamento como orientação da gestão da escola e da prática pedagógica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, deixa claro que as instituições de ensino têm a tarefa de elaborar e colocar em prática sua proposta pedagógica. Nos artigos 13 e 14 pronuncia que a elaboração da proposta terá a participação dos profissionais da educação que devem definir e colocar em prática um plano de trabalho para concretizá-la. Dentro desses parâmetros, a lei dá relevância aos atores das instituições, levando em consideração que cada realidade é única e necessita de ações e intervenções particulares.

E como salienta Gandin (1999,p.14) em relação a LDB 9394/96 no aspecto que tange a implementação de projetos político-pedagógicos:

(...) pela primeira vez o pensamento educacional brasileiro (ele se reflete na lei, não é criado por ela) toma o planejamento como ferramenta mais importante do que o regimento para implementação de processos pedagógicos.

Isso demonstra que, pela primeira vez na educação brasileira, pode-se criar através do planejamento um documento vital á escola, e que nele esteja contido determinações decorrentes da elaboração conjunta de toda a comunidade escolar, que venham proporcionar um redirecionamento do papel da escola, determinando diretrizes a serem assumidas e executadas em parceria com a comunidade local.

Ações essas planejadas não apenas por professores e equipe diretiva, mas por todos aqueles que fazem parte do entorno escolar. Isso sugere que a escola pode ser um espaço plural de relações e que ela pode contribuir para o crescimento local e regional, proporcionando as pessoas o conhecimento das conjunturas legais, dos processos decisórios e colaborando assim para que sejam agentes de sua própria história.

É intrínseca à esfera da gestão democrática da escola pública e com respaldo na LDB 9394/96 que as instituições de ensino podem contar com um processo de participação popular que culmina na elaboração de um Projeto político - pedagógico próprio. Ali devem estar expressas as diretrizes, necessidades, anseios e utopias da escola tanto a nível pedagógico como administrativo e de gestão. O projeto político-pedagógico é a ousadia da escola em assumir sua *autogestão*. (Gadotti, 2000,p. 70).

Este projeto se origina de questionamentos, interesses e consenso da comunidade escolar e possui sua ação política alicerçada na participação e decisão conjunta dos envolvidos no processo educacional da instituição. Já sua esfera pedagógica repousa no fato de ter expressado em seu interior ações, práticas e atitudes a serem tomadas no contingente da sala de aula no que tange as ações dos professores e de suas práticas diárias com relação aos alunos e demais integrantes da escola.

Pensar em um projeto de educação implica analisar que características possui a escola, o que se deseja desta escola, que tipo de sociedade e que concepção de homem a escola possui e almeja construir. Todas as instituições educacionais são parte de um processo social, pois a escola é uma ramificação da sociedade e refletem em seu arranjo características presentes na sociedade que atende, como relações de poder construídas e os valores e culturas de classes e grupos sociais que ali atuam . Além disso, as instituições educacionais apresentam ideais, propósitos, e finalidades concernentes à visão de homem, de sociedade, que se deseja manter, modificar e construir. Sem idéias novas não existe ação transformadora, por isso é necessário

buscar respaldo nos mais diversos segmentos que interagem com a escola a fim de se construir um projeto que esteja de acordo com as necessidades.

Como salienta Padilha (2003,p. 13):

O Projeto político-pedagógico (PPP) da escola pode ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares.

O ato de planejar a ação educativa deve surgir de uma necessidade da escola. Não adianta estruturar um PPP destinado a produzir mudanças e criar uma consciência crítica, se não houver integração entre este e as práticas educativas e sociais de dentro da escola e que isto tenha significância na comunidade onde a escola está atuando.

A sociedade atual é baseada em projetos (projetos políticos, educacionais, econômicos). Projetar é pensar o futuro, planejar, analisar aquilo que se possui e ver as possibilidades de, através de mecanismos desejáveis (pela maioria), interagir na realidade para transformá-la. Projetar é intencionalizar as ações. A escola trabalha em função de um projeto (o Projeto político - pedagógico), pois é preciso também planejar a ação educativa, o que engloba vários fatores: que tipo de alunos se quer formar, que valores serão priorizados, que recursos existem para as mais variadas ações que podem ser promovidas dentro e fora da escola, qual o papel do educador e dos gestores da escola dentro dessa perspectiva.

As pessoas diretamente ligadas ao cotidiano escolar é que deverão estar em constante avaliação para verificar se o PPP está cumprindo seu papel. Para que a proposta alcance seus objetivos é preciso comprometimento de todos os segmentos da escola e não apenas dos profissionais da educação.

Nesse sentido, a escola pode e deve ser um espaço autônomo e de relações

sociais, de respeito às diferenças e de construção de valores. E o Projeto político - pedagógico que é um documento elaborado através da participação popular é o documento que deve respeitar as particularidades de cada escola, sendo elaborado a partir de uma construção democrática levando em conta a opinião da comunidade escolar.

Atualmente há uma grande discussão sobre a educação comprometida com ações que valorizem o contexto local onde a escola atua. A comunidade e a realidade local devem servir de ponto fundamental para a elaboração de um Projeto Político - Pedagógico comprometido com a efetivação das ações práticas que levem ao desenvolvimento da comunidade. Não basta ter presente a necessidade da participação da comunidade na escola, é necessário verificar em que condições esta participação é real (Paro, 1996). Bem como é necessário compreender como a escola contempla em seu Projeto Político - Pedagógico metas e ações que contribuem para o desenvolvimento e a participação da comunidade local no âmbito escolar.

É necessário elaborar projetos político pedagógicos, não apenas devido a uma exigência legal, mas sim a partir da necessidade de inovar a ação coletiva e a participação no cotidiano da escola, tendo como objetivo o desenvolvimento da comunidade local. Projetos que organizam o trabalho de uma escola não podem ser impostos por decreto, mas devem ser resultado de um processo de questionamento e de formação no qual a maior parte da comunidade educativa esteja envolvida Hernandez (2003,p. 09). Para isso, é muito importante que a escola reconheça que todos os seus atores são responsáveis pelos serviços educacionais prestados à comunidade, visando à melhoria da qualidade do processo educativo.

A necessidade de promover a articulação entre a escola e a comunidade a que serve é fundamental (Hora, 1994). O entendimento de que a escola não é um órgão isolado da conjuntura global de que faz parte deve estar presente no processo de organização da escola, e as ações desenvolvidas devem estar voltadas para as necessidades comunitárias. Portanto é necessário compreender e analisar as relações

existentes entre a escola e a comunidade a fim de perceber como a escola está contribuindo com o desenvolvimento da mesma.

4.1 Estrutura do Projeto político – pedagógico

O Projeto político - pedagógico é o plano global da instituição de ensino. De acordo com Vasconcellos (2002,p. 17) ele pode ser entendido como:

A sistematização, nunca definida de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto a sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. Trata-se de um importante caminho para a construção da identidade da Instituição. É um instrumento teórico – metodológico para a transformação da realidade. Enquanto processo implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além; supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados.

O PPP é uma construção coletiva, uma política educacional que é construída de forma democrática priorizando a participação de toda a comunidade escolar. O Projeto Político Pedagógico é o norteador do trabalho da escola, é neste documento, proveniente de uma construção participativa que serão esboçadas as metas, as ações e práticas que a escola pretende adotar. Neste documento, também as ambições e os anseios da escola devem estar explícitos .

Na visão de Veiga, (1998, p.12-13) o Projeto Político-Pedagógico é um documento que:

Vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas (...) ele é construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (...) o projeto busca um rumo, uma direção, é uma ação intencional com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo o projeto pedagógico da escola , é também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sóciopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária (...) e pedagógico no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

Ao possuir autonomia para a construção de seu Projeto Político-Pedagógico, a escola tem possibilidade de esboçar sua própria identidade, e isso expressa o espaço escolar como um espaço público, um local de participação, de debate e de ação coletiva a fim de garantir uma educação comprometida com o desenvolvimento local, que derive das necessidades e anseios da comunidade escolar, do poder público municipal e das unidades familiares de abrangência da escola.

O PPP é composto de três significativas partes, que são articuladas entre si: o Marco Referencial, Diagnóstico e Programação.

O Marco referencial diz respeito à dimensão da finalidade, o Diagnóstico relata a realidade e a Programação diz respeito à mediação (Vasconcellos, 2005). Existem várias formas de realizar e conceber o Projeto Político Pedagógico. O referencial que Vasconcellos trabalha é o do Planejamento Participativo.

Segundo o mesmo autor, as três partes significativas podem ser apresentadas no seguinte quadro ilustrativo:

Quadro 2 – Estrutura do Projeto político – pedagógico

Partes	Significado	Função
<p>I -Marco Referencial</p> <p>1.Marco Situacional (leitura da realidade geral)</p> <p>2.Marco Filosófico (ideal geral)</p> <p>3.Marco Operativo (ideal específico)</p>	<p>Ideal</p> <p>O que desejamos.</p> <p>Tomada de posição:</p> <p>Explicitação das opções e dos valores assumidos</p> <p>Posicionamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Político • Pedagógico 	<p>Tencionar a realidade no sentido da sua Superação/ Transformação</p> <p>Fornecer Parâmetros, Critérios para o diagnóstico</p>
<p>II – Diagnóstico</p> <p>Pesquisa + Análise ↓ Necessidades</p>	<p>Busca das Necessidades</p> <p>A partir da Análise da Realidade <i>elou</i> da Comparação com o Ideal saber a que distância estamos do desejado</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a realidade • Julgar a realidade • Chegar as Necessidades
<p>III – Programação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ação Concreta • Linha de Ação • Atividade Permanente • Norma 	<p>Proposta de Ação</p> <p>O que é necessário e possível ser feito para diminuir a distância</p>	<p>Decidir a Ação para diminuir a distância em relação ao ideal desejado</p>

Fonte: Vasconcellos, 2002.

4.1.1 O Marco Referencial

O Marco Referencial diz respeito à tomada de posição da instituição que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, expressa a direção, implica opção e fundamentação (Vasconcellos, 2002). O Marco Referencial expressa o sentido do trabalho da escola. Ele é composto por três partes que são:

- *Marco Situacional*: é uma visão geral da realidade da instituição
- *Marco Filosófico ou Doutrinal*: corresponde ao ideal geral da instituição, é a proposta de educação e sociedade que o grupo assume.
- *Marco Operativo*: expressa o ideal específico da escola. É a proposta dos créditos de ação para os diversos aspectos relevantes da instituição, tendo em vista o que se quer ou o que a escola deve ser (Vasconcellos, 2002).

4.1.2 O Diagnóstico

Será no diagnóstico que, a partir da análise da realidade, se localizará as necessidades da instituição. Para sua realização é preciso:

- conhecer a realidade: isso é possível através da pesquisa e análise
- julgar a realidade: é o confronto entre o ideal e o real
- localizar as necessidades: necessidade diz respeito ao que falta para que a escola possa ser o que deseja ser.

4.1.3 Programação

A Programação são as ações concretas que a escola quer assumir, que objetivam superar as necessidades já identificadas. Como salienta Vasconcellos

(2002) a programação é fruto da realidade – desejo, surge como forma de superação da realidade (mesmo que parcial) em direção ao desejado.

O projeto pedagógico da escola apóia-se no desenvolvimento de uma consciência crítica e na cooperação de várias esferas do governo e da comunidade e, principalmente, na autonomia, responsabilidade, e criatividade como processo e produto do projeto (Gadotti,1998).

O projeto pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação da escola. Projetar significa “lançar-se para a frente” anteveer um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar (...) Todo o projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função a promessa de que cada projeto contém um estado melhor do que o do presente.. um projeto educativo pode ser tomado como promessa ante determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI,1998,p. 18-19).

Mas o Projeto político-pedagógico é uma construção que pode ser muito demorada, pois ele precisa ser discutido pela comunidade escolar. E, principalmente, ele precisa ser compreendido, estar em uma linguagem fácil para que todos possam compreendê-lo e estar em constante avaliação para ver se realmente ele está cumprindo seu papel de ação democrática e participativa. Se o projeto não for bem elaborado, ele pode acabar se tornando apenas um documento burocrático sem ação dentro da escola.

A implantação de um novo projeto político pedagógico enfrentará sempre a descrença de generalizada dos que pensam que de nada adianta projetar uma boa escola enquanto não houver vontade política dos “de cima”. Contudo o pensamento e a prática dos “de cima” não se modificarão enquanto não existir pressão dos “de baixo” . um projeto político pedagógico deve constituir-se num verdadeiro processo de conscientização e de formação cívica. Deve ser um processo de recuperação da importância e da necessidade do planejamento na Educação. E tudo isso exige certamente uma educação para a cidadania (ibidem, p.21)

As escolas tiveram (e tem) oportunidade de se expressar enquanto instituição

democrática a partir da LDB 9394/1996, pois tem autonomia para executar sua própria proposta pedagógica, essa já é uma grande vitória adquirida pelos “de baixo” e motivo para continuar se lutando por uma educação participativa e em alguns aspectos descentralizada do poder do Estado.

É preciso levar em conta também que a escola não é a única instituição formadora, se aprende também na família, no grupo de amigos, na igreja, nos meios informacionais, etc. Na atualidade, a escola vem perdendo seu espaço para os meios de informação de que os alunos dispõem no seu dia-a-dia (computador, celular, televisão).

A maioria das escolas continua utilizando-se de meios triviais (quadro, giz, caderno, lápis) para promover a construção do conhecimento, enquanto que, fora da escola, o aluno tem acesso a informações e situações de aprendizagem que pode julgar bem mais “interessantes”. Os alunos situam-se no contexto escolar a partir de condutas e valores que foram construídos em outras instâncias, anteriores ou concomitantes à escola.

Portanto, ao tentar promover a construção de algum saber ou conhecimento é preciso estar ciente de que não existe uma forma única e linear para que o conhecimento seja construído, mas, ao contrário, cada pessoa constrói seu próprio conhecimento de acordo com seus interesses e dentro de um contexto que lhe é particular.

Frente a isso, a proposta pedagógica deve ser concebida como algo flexível e passível de mudanças, pois quando se trabalha com seres humanos, com a subjetividade humana, nada pode ser fixo ou acabado, a dialética da ação humana é algo que está sempre presente na escola.

A escola deve fortalecer os aspectos da cultura local, ressaltando suas particularidades. O aluno precisa compreender a gestão local dentro da dinâmica

global, compreender as condições sociais e políticas que impulsionam a produção do espaço local.

A dinâmica da sociedade atual tem gerado mudanças na área da educação. Frente a isso professores e demais profissionais ligados ao contexto educacional são desafiados constantemente na construção de uma ação educativa que privilegie aspectos que levem o educando a um conhecimento amplo da esfera cognitiva e de relações com sua realidade, com a economia, a política, o seu local e sua região.

A escola não tem um fim em si mesma, ela está a serviço da comunidade, e a gestão democrática é um passo importante para o aprendizado da democracia (Gadotti, 1998). Além de conhecimento a escola também deve ensinar como funciona a política educacional. A instituição de ensino deve estar a par das ações organizativas e da movimentação política da comunidade a que serve. Por isso, escola e comunidade devem trabalhar juntas.

Se não houver necessidade de ação conjunta não é necessário planejar, pois o planejamento não surgiu então de uma real necessidade e pode não se consumir em uma ação positiva e concebida com o escopo de promover mudanças significativas. Pois como salienta Paulo Freire (2002) todo o planejamento educacional tem que responder as marcas e aos valores de sua sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança.

4.2. Construção e implementação do Projeto político-pedagógico: algumas dificuldades no contexto escolar

A construção de Projetos político-pedagógicos movimentou escolas de todo o país, principalmente depois da aprovação da LDB 9394/96. A partir desta data professores e trabalhadores da escola junto com suas comunidades direcionaram seus olhares a esse novo ingrediente que surgiu no interior das escolas de todo o

país. O Projeto político – pedagógico surge como uma proposta nacional que incentiva a escola a traçar seu próprio caminho (Fonseca, 2003).

Ultimamente o Projeto político-pedagógico tem sido comentado nas infinitas partes do país. Alguns o consideram como a organização do trabalho pedagógico da escola, outros imaginam que ele pode alterar de forma significativa o processo metodológico da aprendizagem dos alunos e há quem diga que ele pode desenvolver uma política educacional para a escola. É importante destacar que o Projeto político – pedagógico está sendo visto como uma alternativa de reconhecimento da própria escola em relação aos seus limites, avanços, dificuldades, obstáculos e potencialidades engendrados no seu cotidiano. (FAVACHO, 1996, p.02)

É de suma importância que o Projeto político – pedagógico seja construído levando em consideração as possibilidades e limites da escola. Todas as escolas apresentam problemas das mais diversas ordens, mas também apresentam potencialidades que podem ser fomentadas em busca de um novo direcionamento para sua prática. Não se pode negar o que a escola possui, aquilo que já está instituído, mas se pode explicar e projetar um novo direcionamento para as ações escolares, tanto no que tange as questões teórico-metodológicas, como no vislumbre de uma possibilidade de desenvolvimento de uma política educacional para a própria instituição.

Construir e executar um novo Projeto político-pedagógico, ou mesmo remodelar um já existente, não são tarefas triviais para professores e gestores de uma escola. Principalmente porque os processos educacionais não são lineares e estáveis, da mesma forma existem diversos pontos de vista que divergem dentro do contexto escolar. No embate de idéias, normalmente, surgem conflitos que nem sempre são resolvidos de forma pacífica. O confronto de idéias é salutar para a democracia, é inclusive necessário, mas precisa ser bem conduzido para que seja proveitoso e positivo.

As leis que regem a educação brasileira são claras e exigem dos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de sua proposta pedagógica, mas sabe-se que, em muitas realidades educacionais, o PPP foi elaborado por

técnicos ou por uma parcela pequena de professores ou gestores. Ao passo que em muitas escolas o Projeto político-pedagógico passou a ser mais um documento engavetado e, que poucas vezes, é consultado.

Outra dificuldade repousa na participação dos pais dos alunos. Embora, legalmente, as escolas possuem a incumbência de articular-se e integrar-se com as famílias e comunidade nem sempre isso ocorre. Por vezes, os pais/família até colaboram na elaboração do PPP, respondendo questionários ou indo as reuniões. Entretanto depois que o PPP é implementado a participação dos pais e comunidade fica relativizada, não sendo mais solicitada.

Dessa forma, muitas vezes, o documento que poderia ser o norteador da escola, direcionador de ações que poderiam auxiliar no desenvolvimento da comunidade acaba sendo esquecido junto a tantas leis e pareceres que as escolas possuem. Isso é um ponto negativo e que compromete a sentido real da gestão democrática da escola.

Mais uma dificuldade encontrada diz respeito a execução das ações expressas na proposta pedagógica. Nem sempre colocar idéias em prática é algo fácil para o grupo de trabalhadores da escola.

Como bem lembra Gandin (1999,p.14):

Em muitos campos de ação, mas sobretudo em educação, sempre foram e são importantes as idéias. Mas idéias não realizadas na prática, isso é, não transformadas em ação servem apenas para o prazer do debate e da compreensão. Por isso são igualmente necessárias ferramentas para transformar idéias em prática. E se a educação, sobre tudo a escolar, não trabalhar com igualdade de importância nessas duas dimensões (a produção de idéias e a organização de ferramentas para torná-las realidade) não acontecerão as transformações necessárias.

A citação de Gandin expressa um dos maiores problemas das escolas brasileiras. Os estabelecimentos de ensino nem sempre conseguem colocar em prática aquilo que consideram o ideal para si. O discurso em torno da educação é

muito amplo, muitos falam em educação, sugerem melhorias, sonham com uma educação inovadora, mas, no interior das escolas, os instrumentos utilizados pelos professores continuam sendo os mesmo de anos atrás. Portanto pouco adianta conceitos inovadores, propostas pedagógicas com idéias de ações grandiosas se, na prática, a realidade não permite trabalhar em par de igualdade entre as idéias e as ferramentas para colocar estas idéias em prática.

A programação do Projeto político - pedagógico precisa ser pensado como possibilidade, que não fuja daquilo que esteja ao alcance da escola. Pois cada realidade possui suas particularidades e o que se configura em uma escola de uma grande cidade, por exemplo, jamais se configurará em uma escola do meio rural. A coerência entre a realidade existente e as possibilidades de intervenção nessa realidade devem estar em primeiro plano para a construção de um PPP que possa auxiliar na busca pelas metas e ações propostas.

Portanto apenas solicitar a participação da comunidade para lançar idéias não é o suficiente para que se promovam mudanças mais significativas. Sempre é necessário um trabalho coletivo daqueles que lançaram as idéias e daqueles que colocarão essas idéias em prática.

O comprometimento da comunidade escolar com a concretização do PPP deve ir muito além de apenas auxiliar na elaboração e articulação das idéias. A comunidade precisa estar atenta e verificar se realmente aquilo que foi programado está sendo colocado em prática.

Não se pode deixar de salientar que “a construção de um Projeto Político Pedagógico sempre vem acompanhada da grande dúvida em relação a sua eficácia. Há sempre a suspeita que esteja se fazendo algo inútil” Rossa (1999, 64). Essa sensação da inutilidade vem aliada ao pensamento que grande maioria dos professores e comunidades escolares tem está em parte aliada ao descrédito pelo qual as instituições de ensino vêm passando na atualidade.

Ainda que, às vezes, teoricamente seja denominada como terreno fértil, campo aberto para o futuro, espaço cultural, na prática a escola, em decorrência de tantos contratempos como: despreparo docente, falta de integração entre os próprios professores e funcionários , falta de articulação com a família, carência de infraestrutura e desvalorização dos profissionais da educação a escola parece não estar apta a cumprir seu papel (Lima, 2006).

Ainda que desacreditada por muitos, a instituição escolar está experimentando uma nova forma de gestão desde o ano de 1988, com a Constituição Federal, o que se reforçou com a aprovação da LDB 9394/96 aprovada no final do ano de 1996. Sem o apoio dos profissionais docentes e da comunidade escolar trabalhando em conjunto as possibilidades de construção e implementação de um PPP serem positivas são bastante remotas. Existem possibilidades de construção de parceria, mas trabalhando sozinha, a escola tem sua chance de sucesso bastante reduzida. Portanto a criação de vínculos entre pais e escola é essencial por que “a escola pública é um projeto cultural mediado pelas relações de poder existentes no interior da comunidade” Pacheco (2003,p.17).

5. A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO PROMOTORA DO DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE LOCAL: O CASO DA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ARROIO DO TIGRE

O município de Arroio do Tigre localiza-se na região central do Estado do Rio Grande do Sul, município pertencente ao Vale do Rio Pardo e distante a 100 Km de Santa Cruz do Sul e 210 km da capital do Estado, Porto Alegre. A população estimada no ano de 2005 era de 12.442 habitantes⁸. De economia essencialmente agrícola a principal cultura produzida é a do fumo e feijão.

Na estrutura educacional, existem dezessete escolas de ensino fundamental mantidas pelo município, três escolas estaduais, e uma privada. O Ensino Médio é oferecido apenas por uma das instituições estaduais, a Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre (EEEMAT).

Caracterização da EEEMAT⁹

A Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre está localizada na Rua Reinaldo Horácio, 159, na sede do município de Arroio do Tigre.

Possui 1.211 alunos, distribuídos em 38 turmas (15 de manhã, 15 de tarde e 08 à noite), possui também 53 professores e 19 funcionários.

⁸ De acordo com o IBGE, censo demográfico 2004.

⁹ As características citadas neste sub - capítulo foram retiradas do Plano Integrado da Escola elaborado no ano de 2006

Existem 15 salas de aula, Biblioteca, Laboratório de Informática, Laboratório de Ciências, Auditório com kit tecnológico, sala de projeção, depósito, sala de xerox, secretaria informatizada, 02 blocos sanitários: feminino e masculino, cozinha, sala de professores, sala de Supervisão Educacional, sala do Serviço de Orientação Educacional, sala de direção, saguão com área coberta e horta, a área da escola é toda fechada com grade de ferro e, nos fundos, tela.

Possui turmas numerosas e heterogêneas, nos turnos da manhã, tarde e noite. Alunos provenientes de diversas localidades do município e fora dele, de diferentes classes sociais e econômicas, havendo disparidade de pré-requisitos e apresentando problemas diversos, como: desnível de aprendizagem; mudança de ambiente; adaptação; falta de motivação e de perspectivas; repetência e evasão; falta de hábitos, valores e atitudes; famílias desestruturadas e de baixa renda; falta de apoio familiar; recursos humanos despreparados e/ou desatualizados; pouco espaço físico para a prática de esportes e recreação e também salas de aula.

A escola participa de atividades sociais e culturais na comunidade: palestras, desfiles, torneios, exposições, festivais, apresentações artísticas e festividades. Também está à disposição da comunidade para o que for solicitada, dentro do possível, inclusive cedendo seus espaços para reuniões e eventos.

A equipe diretiva acredita que só com o apoio e participação de todos os segmentos é que se faz uma escola de qualidade, preocupada com a formação integral dos educandos. Para isso são realizadas reuniões periódicas com pais, Circulo de Pais e Mestres, Conselho Escolar, Grêmio Estudantil e professores.

5.1. A construção do Projeto político – pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre

Assim como ocorreu em grande parte das escolas públicas Estaduais de todo o país a Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre elaborou seu Projeto político - pedagógico conforme configura a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De acordo com a análise documental realizada na escola no período de julho – a setembro de 2006, pôde-se perceber que o Projeto político – pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre (EEEMAT) teve o início de sua elaboração em meados do ano de 1999. A redação da versão final ocorreu em novembro de 2000. realizaram-se também duas entrevistas¹⁰ com duas coordenadoras pedagógicas que na época (1999 – 2000) trabalharam na elaboração do PPP.

De acordo com relatos das coordenadoras e pela análise documental, existiu por parte do governo estadual da época uma política de apoio para a construção das Propostas Pedagógicas das escolas estaduais. Essa ação se intitulou “Constituinte Escolar” e movimentou as escolas e suas comunidades escolares. Foi enviado, de acordo com as entrevistadas, material bibliográfico para estudos e pesquisas, oriundo da Secretaria Estadual da Educação e Coordenadorias Regionais de Educação.

Foram também realizados pela escola questionários com todos os alunos , em todas as séries, em todos os turnos de funcionamento. Também foram enviados questionários para os pais dos alunos, questionando-os à respeito de ações que gostariam que a escola realizasse, sobre o que esperavam da escola, qual a opinião referente ao trabalho já exercido pelos professores, entre outros questionamentos.

Com os professores foram feitas reuniões para debate, (bem como com os funcionários) até que se chegou em um consenso a respeito das diretrizes que iriam ser expressas no Projeto político – pedagógico.

Ainda de acordo com as professoras entrevistadas, a constituinte escolar foi

¹⁰ As entrevistas podem ser conferidas na seção Anexos deste trabalho

composta por membros da comunidade escolar: pais, professores, funcionários e alunos. As pessoas que fizeram parte da constituinte estiveram de perto acompanhando o processo de construção do PPP, analisaram os questionários, verificando as principais demandas de toda a comunidade escolar que vieram expressas nos mesmos. Desta forma os segmentos da comunidade escolar (pais, professores, alunos e funcionários) foram representados por algumas pessoas que analisaram as demandas vindas através dos questionários.

Assim, após meses de debates entre os representantes dos segmentos escolares foi estruturada uma versão do PPP, que, posteriormente sofreu mais algumas alterações, para enfim ser enviada para a Secretaria Estadual de Educação.

No final do ano de 2000 foi aprovado o PPP da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre. Hoje o projeto continua com estrutura parecida com a de seis anos atrás, porém alguns aspectos foram reformulados.

Como salientam as entrevistas e a análise documental, foram alteradas várias versões do PPP até que ele estivesse de acordo com aquilo que foi solicitado pela comunidade escolar. Da mesma forma ocorreram, paralelamente, várias reuniões com os representantes dos segmentos da comunidade escolar e o quadro de gestores para a elaboração dessas versões.

A avaliação do Projeto político-pedagógico é feita anualmente, pelos professores e comunidade escolar, por meio de reuniões onde são debatidas as diretrizes e modificações para o novo ano letivo.

Existem alguns projetos que estão em andamento desde a primeira versão do Projeto político - pedagógico e que a escola mantém por todo o ano dentro de suas atividades.

Os projetos analisados nesta pesquisa (ambiência, desenvolvendo o educando

através da arte e acesso à biblioteca) são parte integrante do Projeto político - pedagógico da EEEMAT, portanto são contribuições que a própria comunidade elegeu como necessárias para a escola.

5.2 A comunidade local e as ações da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre

Analisar como a comunidade local percebe as ações da escola foi uma das diretrizes norteadoras deste trabalho. Este objetivo foi bastante significativo, pois nem sempre a escola questiona, ao fazer a avaliação de suas ações, como a comunidade local está percebendo as ações programadas e executadas por ela.

Isso também ocorre porque os pais que participam das reuniões e acompanham mais de perto as ações da escola se reduzem a uma parcela pequena, o que acaba fazendo com que a escola não possua uma visão mais ampla de como suas práticas se refletem na comunidade.

E tendo em mente que uma ação educacional sempre pressupõe três momentos distintos para sua realização e continuidade que são: planejamento, execução e avaliação das ações, considerou-se necessário buscar saber a opinião da comunidade local do município de Arroio do Tigre.

Neste sentido lembra Gandin (1999,p. 17) :

Qualquer corrente atual de planejamento não dispensa que haja três momentos bem distintos e muito bem integrados: a indicação de um horizonte, de um referencial que sirva de guia; um diagnóstico que julgue a prática, a luz deste referencial; e uma proposta de práticas concretas, para um tempo determinado.

A escola em estudo possui um PPP, que está em desenvolvimento desde o ano 2000 e objetivou - se através desta pesquisa avaliar as ações desse Projeto na ótica da comunidade local do município de Arroio do Tigre.

Para que isso fosse possível aplicou-se um questionário junto a comunidade local do município de Arroio do Tigre. Os questionários foram distribuídos pelos bairros da cidade e distritos do interior do município, totalizando uma amostra de 182 pesquisados.

Escolhemos três projetos que ao nosso ver faziam parte daqueles que trazem benefícios à comunidade local:

Desenvolvendo o educando através da arte

É um projeto existente há oito anos na escola. É de cunho artístico e cultural, envolve ações pedagógicas que são desenvolvidas dentro da sala de aula e apresentações artísticas e culturais da “Banda dos Tigres”, uma banda musical, de reconhecimento regional e estadual, formada exclusivamente por alunos da escola, de todas as séries e idades.

Agraciada com vários prêmios, inclusive neste ano 2006, com o troféu cultura gaúcha, na cidade de Pelotas. O objetivo do projeto é desenvolver nos alunos a capacidade artística, a dança, a expressão corporal, o senso de responsabilidade, solidariedade e de trabalho em grupo.

Além de oferecer belas apresentações artísticas para as comunidades regionais, locais e de outras cidades do estado do RS, o projeto também aproxima os pais e comunidade da escola, pois mobiliza a comunidade escolar em suas ações, ressaltando a necessidade do apoio da família e do envolvimento de parcerias para que as apresentações sejam mantidas.

O projeto também é apoiado pelo CPM (Circulo de Pais e Mestres). A banda se apresenta durante o ano inteiro em diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul. Nas apresentações regionais sua presença é muito solicitada, sendo que as vezes os

municípios acabam disputando datas como o 7 de setembro, 20 de setembro e Natal.

Além de manter a banda dos Tigres, o projeto também prima por atividades artísticas desenvolvidas em sala de aula e idealizadas pelos professores de cada turma.

Projeto Ambiência

Constitui-se em um projeto de educação ambiental que existe há seis anos na escola. O projeto é permanente, durante o ano todo são realizadas atividades de educação ambiental dentro da sala de aula e fora dela.

O principal objetivo do projeto é despertar no aluno a consciência de que é necessário preservar o meio ambiente, pois os prejuízos podem ser enormes se não forem tomadas medidas contra a poluição e degradação do meio ambiente. Para a realização do projeto e para a arrecadação do lixo, os alunos solicitam a colaboração dos pais e familiares, o que acaba envolvendo a comunidade local nas atividades programadas pelo projeto Ambiência.

. Anualmente é realizada a gincana do lixo, que movimenta toda a cidade. Os alunos recolhem lixo seco para posteriormente ser vendido. Existem várias tarefas na gincana, todas envolvendo a conscientização ambiental. No pedagógico as atividades também são realizadas com envolvimento da comunidade. As crianças aprendem a selecionar o lixo, realizam trabalhos com sucata, cuidam da limpeza da escola e das salas de aula. O projeto tem respaldo nas famílias dos alunos, principalmente devido a separação do lixo que é feita, assim a família também acaba aprendendo a selecionar e aproveitar o que é reciclável.

Projeto de acesso á biblioteca da escola a toda a comunidade local

Embora não sendo um projeto regimentado, ele existiu durante 6 anos na escola, apenas em 2007 não está sendo desenvolvido, mas por se tratar de um projeto que beneficiava a todos os moradores da cidade foi incluído no trabalho.

A biblioteca da escola possui 15.000 exemplares entre eles livros de vários estilos, revistas, CDs e DVDs e quem quisesse usufruir o material precisa trazer comprovante de residência. Dessa forma pessoas que não tinha acesso a livros passavam a ter a partir de uma ação da escola.

Para verificar como as ações da EEEMAT estão difundidas na comunidade local do município de Arroio do Tigre foi aplicado um questionário entre todos os bairros da cidade e alguns distritos do interior do município. Os resultados obtidos com a pesquisa estão expressos nas tabelas que aparecem na seqüência.

5.2.1 Dados referentes à amostra dos pesquisados

Neste grupo de tabelas estão expressos os dados das pessoas que responderam ao questionário. tais dados se referem ao local de moradia, sexo, idade, grau de instrução.

Tabela 1 - Local de moradia dos pesquisados

	F	%	% válido	% acumulado
urbano	123	67,6	67,6	67,6
rural	59	32,4	32,4	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Da amostra total de 182 pesquisados, 59 foram do meio rural e 123 da zona urbana divididos entre 7 bairros da zona urbana e três distritos da zona rural.

Tabela 2 - bairro /localidade

	F	%	% válido	% acumulado
Centro	29	15,9	15,9	15,9
Industrial	20	11,0	11,0	26,9
Felicidade	18	9,9	9,9	36,8
Santa Fé	19	10,4	10,4	47,3
Harmonia	19	10,4	10,4	57,7
Bela Vista	18	9,9	9,9	67,6
Coloninha	16	8,8	8,8	76,4
Sítio	19	10,4	10,4	86,8
Progresso	24	13,2	13,2	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

A distribuição dos questionários foi feita por sete bairros da zona urbana e três distritos do interior do município. Escolhemos os distritos de Coloninha, Sítio e Progresso por serem distritos de maior população e pelo fato da escola receber alunos em maior número desses distritos.¹¹

Tabela 3 – Sexo dos pesquisados

	F	%	% válido	% acumulado
masculino	92	50,5	50,5	50,5
feminino	90	49,5	49,5	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

¹¹ Informação obtida junto a equipe diretiva da escola pesquisada.

A distribuição dos questionários por sexo ficou bastante coerente pois (50,5%) dos pesquisados são do sexo masculino e (49,5%) são do sexo feminino.

Tabela 4 – Idade

	F	%	% válido	% acumulado
16 a 24 anos	39	21,4	21,4	21,4
25 a 34 anos	37	20,3	20,3	41,8
35 a 44 anos	39	21,4	21,4	63,2
45 a 59 anos	40	22,0	22,0	85,2
60 anos ou mais	27	14,8	14,8	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

A distribuição por idade também ficou bastante coerente, o número menos expressivo de pesquisados configura-se entre pessoas de 60 anos ou mais (14,8%). Nas demais idades o percentual girou em torno de 20%.

Tabela 5 – Escolaridade

	F	%	% válido	% acumulado
Fundamental incompleto	20	11,0	11,2	11,2
Fundamental completo	41	22,5	23,0	34,3
Médio incompleto	20	11,0	11,2	45,5
Médio completo	68	37,4	38,2	83,7
Superior incompleto	10	5,5	5,6	89,3
Superior completo	19	10,4	10,7	100,0
Total	178	97,8	100,0	

Não respondeu	4	2,2
Total	182	100,0

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Pode-se perceber um percentual elevado de entrevistado com ensino médio completo (38,2%) . Isso pode ter ocorrido devido ao fato de uma parcela considerável da amostra residir nas proximidades da escola e possuir fácil acesso ao estudo de Ensino Médio.

5.2.2 Finalidades da escola na visão da população pesquisada

As tabelas a seguir fazem referência à finalidade e função da escola na visão dos pesquisados.

Tabela 6 – A finalidade da Escola (no geral) é preocupar-se somente com a formação educativa dos alunos o que significa dar aulas, cobrar temas e avaliar o desempenho dos alunos

	F	%	% válido	% acumulado
concordo	44	24,2	24,2	24,2
concordo em parte	108	59,3	59,3	83,5
discordo	28	15,4	15,4	98,9
não tenho opinião formada	2	1,1	1,1	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Como pode-se perceber os pesquisados em sua maioria (59,3%) concordam em parte quando questionados sobre a finalidade da escola ser apenas preocupar-se com a formação educativa dos alunos, dando aulas e cobrando temas. Isso sugere que a comunidade local crê que o papel da escola seja mais amplo que apenas o processo de

aprendizagem dos alunos.

Como referenciado por grande número de pensadores da área educacional a pesquisa também demonstra que grande parcela dos entrevistados vêem a educação como um processo que engloba outros componentes e não apenas atividades como avaliar e cobrar temas.

Isso nos permite dizer que a comunidade local compreende o papel da escola como algo mais abrangente do que apenas as questões de ordem pedagógicas, ou diretamente ligadas a parte do trabalho desenvolvido em sala de aula.

Tabela 7 - Além de oferecer um ensino de qualidade, é função da escola (no geral) atuar na comunidade local, promovendo ações de integração comunitária, conscientização política e ambiental, oferecendo serviços culturais

	F	%	% válido	% acumulado
Concordo	133	73,1	73,1	73,1
Concordo em parte	44	24,2	24,2	97,3
Discordo	2	1,1	1,1	98,4
Não tenho opinião formada	3	1,6	1,6	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Percebe-se novamente que os entrevistados acreditam na escola como um espaço de conhecimento também para a comunidade local. 73,1 % dos pesquisados concordam que a escola deva atuar na comunidade local, trabalhando com integração, oferecendo serviços culturais. Isso denuncia que a população, no geral, espera ações da escola onde possam estar incluídos outros tipos de práticas, não apenas aquelas direcionadas apenas aos educandos.

Isso nos remete a pensar nas questões da prática cotidiana da escola. A escola existe para que as pessoas, principalmente os alunos, se apropriem de um saber já produzido pela humanidade ao longo dos anos. O dever social da escola reveste-se de uma dupla responsabilidade:

Por um lado é uma mediação indispensável para a cidadania, ao prover, de modo sistemático e organizado, a educação que atualiza historicamente as novas gerações; por outro por que não pode dar conta de todo o saber produzido historicamente, ela precisa fazer isso de modo seletivo, priorizando aquilo que é mais relevante para a formação dos cidadãos. Tudo isso empresta uma extrema seriedade àquilo que a escola se propõe e àquilo que ela de fato faz. (PARO, 2001,p.22)

Frente a sua dupla responsabilidade no que tange ao dever social da escola é preciso salientar que as instituições de ensino precisam eleger prioridades dentro de suas práticas, e por isso ela possui uma parcela de autonomia dentro de seu interior para que possa eleger de acordo com sua realidade local algumas de suas diretrizes administrativas, políticas e pedagógicas.

Justamente para que a escola consiga promover aquilo que ela realmente se propõe é que existe a possibilidade da escola elaborar seu próprio Projeto político – pedagógico, onde irá constar uma visão de educação e sociedade da própria escola, bem como ações que a comunidade escolar elege como prioritárias para si mesma.

É lógico que os conteúdos escolares pré-estabelecidos não podem ser relativizados, eles remetem justamente àquilo que já foi produzido pela humanidade, e que precisa ser repassado aos alunos. Portanto as escolas podem elencar entre suas práticas algumas que sejam diferenciadas e que contribuam com o desenvolvimento de sua própria comunidade.

5.2.3 Projetos analisados através da pesquisa de campo

Nas tabelas seguintes há informações a respeito dos três projetos que foram

analisados através do questionário aplicado junto à comunidade local. Foi questionado se as pessoas conheciam os programas, se os consideravam importantes e o porquê dessa importância e também por qual meio tomaram conhecimento dos projetos.

Tabela 8 - Você possui (filhos, netos, sobrinhos, primos) estudando na Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre

	F	%	% válido	% acumulado
sim	121	66,5	66,5	66,5
não	61	33,5	33,5	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Verifica-se que grande parcela dos respondentes (66,5%), possui familiares estudando na EEEMAT. Isso sugere que a escola possui uma ligação com a comunidade local, pois os pais são pessoas que estão diretamente ligadas aos alunos.

O fato de grande número de entrevistados possuírem filhos ou parentes na escola demonstra mais uma vez a capacidade que a escola possui em firmar suas ações dentro da comunidade local. As ações programadas e difundidas pela escola podem se manifestar na comunidade já que grande número de pessoas tem acesso direto a elas.

Por possuir expressivo número de alunos matriculados a escola acaba abrangendo localidades de todo o município. Desta forma as ações podem ser difundidas para um número significativo de pessoas.

Tabela 9 - Você conhece o projeto "Desenvolvendo o Educando através da Arte"

	F	%	% válido	% acumulado
--	---	---	----------	-------------

sim	149	81,9	81,9	81,9
não	33	18,1	18,1	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

O projeto “Desenvolvendo o educando através da arte” possui um reconhecimento bastante amplo dentro da comunidade local. O que já era de se esperar devido ao espaço que o projeto tem na mídia e pela dedicação do quadro de docentes e de alunos da escola que, ano após ano, batalham para que o projeto cresça e tenha um espaço cada vez maior em toda a região. Além do que o projeto é difundido pelos meios de comunicação, principalmente escrito, como os jornais locais e regionais.

O fato de 81,9% dos entrevistados conhecerem o projeto demonstra que o nome da escola e do município possui um referencial a partir desse projeto. Outra questão que marca o projeto é a questão da identidade local.

Tabela 10 - Você conhece a "Banda dos Tigres" ?

	F	%	% válido	% acumulado
Sim	165	90,7	90,7	90,7
Não	17	9,3	9,3	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

A banda dos Tigres também é reconhecida por quase a totalidade dos entrevistados (90,7%) demonstrando assim o grande reconhecimento da mesma na comunidade local. Esse resultado não surpreende pois existem inúmeras solicitações anuais de apresentação da banda. Mais uma vez pode se perceber que as pessoas

reconhecem a banda e que, de certa forma, ela já faz parte das atrações do município, inclusive podendo fazer parte da cultura da cidade, já que praticamente todos os entrevistados conhecem a Banda dos Tigres.

A questão visual também pode ser um determinante de tantas pessoas da amostra conhecerem a Banda dos Tigres, pois as apresentações sempre são bem organizadas e contam com roupas e adornos muito bem elaborados, o que acaba chamando atenção das pessoas.

Tabela 11 - Se sim. Você já viu apresentações realizadas pela Banda dos Tigres?

	F	%	% válido	% acumulado
sim	162	89,0	98,2	98,2
não	3	1,6	1,8	100,0
Total	165	90,7	100,0	
não se aplica	17	9,3		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Praticamente todos os pesquisados já viram as apresentações da Banda dos Tigres (98,2%) essa tabela revela que na comunidade local de Arroio do Tigre esta ação do Projeto “Desenvolvendo o Educando através da Arte” é reconhecida e apreciada. Essa questão vem afirmar que de certa forma a Banda dos Tigre faz parte da cultura dos moradores do município de Arroio do Tigre, possivelmente por ela mostrar em suas apresentações características do município e inclusive ser nomeada com parte do nome do município. Nas apresentações da banda estão explicitas questões da identidade do município.

Tabela 12 – Você considera importante este tipo de ação por parte da escola?

	F	%	% válido	% acumulado
--	---	---	----------	-------------

Sim	172	94,5	94,5	94,5
Não	10	5,5	5,5	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

A grande maioria (94,5%) dos pesquisados considera importante a ação da escola em promover atividades ligadas à arte. Apenas (5,5%) não consideram importante esse tipo de ação por parte da escola. Mais uma vez se confirma que a comunidade local aprova as práticas de cunho artístico existentes na escola. Isso demonstra também que as pessoas esperam atividade variadas da escola, o que incentiva a continuar com projetos que envolvam a comunidade escolar nas ações da escola.

Tabela 13 - Se sim, porque é importante?

Respostas	F	%	% válido
Para socialização dos alunos	90	46,6	52,6
Para os alunos terem contato com a música e com a dança	74	38,3	43,3
Para a banda ser conhecida em outras cidades	29	15,0	17,0
Total de respostas	193	100,0	112,9
	11 não se aplica		171 casos válidos

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Observa-se aqui que 52,6% dos pesquisados acredita que o projeto é importante para a socialização dos alunos, seguido de 43,3% que acreditam que o projeto seja

importante para que os alunos tenham contato com a música e com a dança. Ainda 17% do percentual válido crê que o projeto seja importante para a banda ser reconhecida em outras cidades.

Tabela 14 - Através de qual meio tomaste conhecimento do Projeto Desenvolvendo o Educando através da arte

Respostas	F	%	% válido
Filhos, netos, sobrinhos	59	33,3	39,9
Pelo rádio	22	12,4	14,9
Pelo jornal	23	13,0	15,5
Pelos professores da escola	71	40,1	48,0
Folhetos explicativos	1	0,6	0,7
Assistindo as apresentações	1	0,6	0,7
Total respostas	177	100	119,6

34 não se aplica; 148 casos válidos

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

O meio pelo qual a maioria das pessoas tomou conhecimento do Projeto desenvolvendo o educando através da Arte foi os professores da escola (48%) seguido de filhos netos, sobrinhos. Percebe-se que os professores possuem bastante empenho na efetivação do projeto, já que grande parte dos pesquisados tem conhecimento do projeto através dos profissionais docentes da escola. Isso sugere comprometimento por parte dos professores em divulgar as ações da escola. Percebe-se também que alguns entrevistados, em torno de 30%, tomaram conhecimento do projeto através de meios de comunicação escrito e falado (rádio e jornal), demonstrando que esses meios também são difusores do projeto.

Tabela 15 - Você conhece o projeto "Ambiência" um projeto de educação ambiental que é desenvolvido pela escola

	F	%	% válido	% acumulado
sim	138	75,8	75,8	75,8
não	44	24,2	24,2	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

O projeto Ambiência não apresenta um reconhecimento tão amplo quanto o projeto Desenvolvendo o educando através da Arte. Talvez por que as atividades do Ambiência não se difundam tanto nos meios de comunicação local e regional como o Desenvolvendo o educando através da Arte. Porém boa parte da amostra pesquisada conhece o projeto (75,8%), apenas (24,2%) não conhece o projeto.

Tabela 16 - Se conhece. Você o considera importante?

	F	%	% válido	% acumulado
Sim	137	75,3	99,3	99,3
Não	1	0,5	0,7	100,0
Total	138	75,8	100,0	
Não se aplica	44	24,2		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Praticamente todos os respondentes do questionário (exceto 1) consideram importante o projeto Ambiência, o que é perfeitamente aceitável, pois nos dias atuais as questões ambientais estão em constante debate. E é papel da escola orientar sobre as questões mais relevantes da atualidade, agindo como difusora de conhecimento e

orientadora sobre a conservação do ambiente.

O projeto Ambiência também se revela significativo, pois as ações desenvolvidas na escola como: seleção de lixo, utilização de material reciclável para outros fins, comercialização do lixo e confecção de acessórios com material de sucata, irão, de certa forma, respaldar nas famílias, pois são muitos os pais que colaboram com a escola na doação de lixo seco, material reciclável etc.

Tabela 17 - Se sim. Por que ele é importante?

	F	%	% válido	% acumulado
Os alunos tem acesso a educação ambiental	21	11,5	15,3	15,3
O projeto traz conscientização acerca dos problemas ambientais.	76	41,8	55,5	70,8
A escola tem visibilidade na comunidade	4	2,2	2,9	73,7
A comunidade também aprende com ações de conscientização.	36	19,8	26,3	100,0
Total	137	75,3	100,0	
Não se aplica	45	24,7		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

A resposta que mais significativamente apareceu em relação a importância do projeto foi a respeito da conscientização que o projeto traz acerca dos problemas ambientais (55,5%). Seguido de que a comunidade também aprende com as ações de conscientização que a escola promove. Apenas 2,9% dos entrevistados acreditam que a importância do projeto diga respeito a escola ter visibilidade na comunidade.

Isso demonstra que a escola pode ser uma difusora de conhecimento para a comunidade local, que ela pode interagir com as famílias e pode gerar conhecimento também para os pais, avós, irmãos dos alunos.

O projeto ambiência é significativo, pois a seleção do lixo, o reaproveitamento de matérias recicláveis tem se tornado muito importante nos dias atuais, já que os meios de comunicação alertam constantemente para a preservação do meio ambiente.

Tabela 18 - Através de qual meio tomaste conhecimento do projeto "Ambiência"

	F	%	% válido	% acumulado
filhos, netos, sobrinhos	53	29,1	38,4	38,4
pelo rádio	16	8,8	11,6	50,0
pelo jornal	14	7,7	10,1	60,1
pelos professores da escola	37	20,3	26,8	87,0
folhetos explicativos	2	1,1	1,4	88,4
pelos alunos recolhendo material	15	8,2	10,9	99,3
não respondeu	1	0,5	0,7	100,0
Total	138	75,8	100,0	
não se aplica	44	24,2		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Aqui diferentemente do projeto Desenvolvendo o educando através da Arte a maioria dos pesquisados conhece o projeto Ambiência através dos filhos, netos ou sobrinhos (38,4%) . Reforçando a hipótese de que os alunos comentam sobre o projeto em suas residências. Isso pressupõe que as ações se dissipam nas famílias dos alunos, o que fortalece o projeto e suas ações dentro da comunidade local,

proporcionando informações e conhecimentos para além do contexto da sala de aula

TABELA 19 - Você conhece o projeto de acesso a comunidade à biblioteca da EEEMAT, desenvolvido pela escola

	F	%	% válido	% acumulado
Sim	59	32,4	32,4	32,4
Não	123	67,6	67,6	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Em relação ao terceiro projeto analisado “acesso a comunidade à biblioteca da EEEMAT “ pode-se perceber que suas ações não se difundem com tanta amplitude na comunidade local. Dos pesquisados apenas (32,4%) conhecem o projeto. Uma considerável diferença se comparado aos demais projetos analisados. Isso pode se dever ao fato do projeto não ser direcionado, em essência, para os educandos. Talvez esse seja um fator negativo, pois a contribuição da EEEMAT em beneficiar a comunidade local com a abertura da biblioteca para todos, pode ser de grande valia para a população. A escola também pode estar falhando na difusão deste projeto, que poderia ser melhor disseminado na comunidade local e escolar.

Tabela 20 - Se conhece. Você o considera importante?

	F	%	% válido	% acumulado
sim	59	32,4	100,0	100,0
não se aplica	123	67,6		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Todos os pesquisados que conhecem o projeto o consideram importante (100%)

Tabela 21 - Se sim. por que ele é importante?

	F	%	% válido	% acumulado
Toda a comunidade pode se beneficiar da biblioteca da escola	12	6,6	20,3	20,3
Quem não tem acesso a Livros, revistas, cds podem retirá-los	24	13,2	40,7	61,0
A escola tem visibilidade na comunidade	23	12,6	39,0	100,0
Total	59	32,4	100,0	
Não se aplica	123	67,6		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Com um percentual quase idêntico (39,0 %) dos respondentes acreditam que o projeto seja importante por que a escola tem visibilidade na comunidade. Da mesma forma (40,7%) dos pesquisados considera o projeto importante por que as pessoas que não têm acesso a livros, revistas e cds podem ter através de uma ação promovida pela escola.

Tabela 22 - Através de qual meio tomaste conhecimento do projeto de acesso a biblioteca por toda a comunidade.

	F	%	% válido	% acumulado
filhos, netos, sobrinhos	31	17,0	52,5	52,5
pelo rádio	4	2,2	6,8	59,3
pelo jornal	1	0,5	1,7	61,0
pelos professores da escola	22	12,1	37,3	98,3

folhetos explicativos	1	0,5	1,7	100,0
Total	59	32,4	100,0	
não se aplica	123	67,6		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

O meio pelo qual a maioria das pessoas tomou conhecimento do projeto foi através dos filhos, netos e sobrinhos (52,5%), seguido de professores da escola (37,3%).

tabela 23 – Na sua opinião a escola EEEMAT, promove atividades que envolvam a comunidade de forma geral?

	F	%	% válido	% acumulado
sim	147	80,8	82,1	82,1
não	32	17,6	17,9	100,0
Total	179	98,4	100,0	
não respondeu	3	1,6		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Aqui (82,1%) dos pesquisados acredita que a escola promove ações que integrem e desenvolvam a comunidade local. Um índice bastante satisfatório e que apenas reafirma que a comunidade local percebe as ações que a escola realiza. Apenas 17,9% dos respondentes acha que a escola não promove ações que desenvolvam e integrem a comunidade local.

Tabela 24 - Na sua opinião a escola EEEMAT:

	F	%	% válido	% acumulado
poderia promover bem mais ações onde desenvolvesse e integrasse a comunidade local	89	48,9	50,0	50,0
já promove ações que desenvolvem e integram a comunidade local	70	38,5	39,3	89,3
nunca promove ações que desenvolvem ou integram a comunidade	6	3,3	3,4	92,7
não tem obrigação de promover ações que desenvolvam ou integrem	13	7,1	7,3	100,0
Total	178	97,8	100,0	
não respondeu	4	2,2		
Total	182	100,0		

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

Quando questionados sobre a frequência com que a escola promove as ações, exatos 50% dos respondentes acreditam que a escola poderia promover bem mais ações que desenvolvessem e integrassem a comunidade local. 39,3% acham que a escola já promove ações, e apenas 3,4% acreditam que a escola não tem obrigação de promover ações que desenvolvam e integrem a comunidade local.

O fato de 50 % das pessoas considerarem que a escola poderia promover bem mais ações pode estar sugerindo que as pessoas têm uma visão positiva das ações da escola, mas que também esperam mais da própria escola.

TABELA 25 - Você costuma freqüentar a Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do

Tigre

	F	%	% válido	% acumulado
sim	85	46,7	46,7	46,7
não	88	48,4	48,4	95,1
às vezes	9	4,9	4,9	100,0
Total	182	100,0	100,0	

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006.

A maioria dos entrevistados (48,4%) dos pesquisados não costuma freqüentar a escola, entretanto um número bem aproximado de pessoas (46,7%) costuma freqüentar a escola.

TABELA 26 - Se freqüenta, em que ocasião freqüenta a escola?

	F	%	% VÁLIDO
Apenas para levar ou buscar,filho na escola	3	1,8	3,2
Para buscar boletins (de filhos ou parentes)	17	10,3	18,3
Apenas quando sua presença é solicitada	4	2,4	4,3
Eleições de membros do conselho escolar	12	7,3	12,9
Reunião de pais	22	13,3	23,7
Reunião de circulo de Pais e Mestres	5	3,0	5,4
Freqüenta a biblioteca para retirar livros	12	7,3	12,9
Quando há algum curso promovido por alguma entidade	20	12,1	21,5
Quando a escola promove alguma festividade	27	16,4	29,0
Quando há alguma apresentação artística	27	16,4	29,0
Quando é necessário solicitar algum documento	16	9,7	17,2

Total de respostas	165	100,0	177,4
--------------------	-----	-------	-------

89 não se aplica ; 93 casos válidos

Fonte: tabela elaborada pela autora com base na pesquisa de campo, 2006

Observa-se aqui que as pessoas costumam freqüentar a escola quando há alguma festividade ou apresentação artística, se confirma mais uma vez que o projeto Desenvolvendo o educando através da Arte possui um reconhecimento significativo na comunidade local do município. Englobando as duas alternativas (quando há apresentações artísticas e quando a escola promove alguma festividade) o percentual de pesquisados que optou por uma dessas duas alternativas formam 58% dos respondentes.

5.2.4 A identidade local e as ações da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre.

As tabelas 8 a 26 se referem aos três projetos que foram analisados através da aplicação de um questionário junto a comunidade local de Arroio do Tigre, e a freqüência com que as pessoas vão á escola e para que finalidade. De forma geral verificou-se que as pessoas, em sua maioria, conhecem os projetos desenvolvidos, consideram que os mesmos tenham uma real importância para a comunidade e que os projetos ficaram conhecidos por meio de diversas formas de difusão, mas, em especial pelos alunos e professores da escola.

Outra questão relevante repousa na ênfase que os meios de comunicação dão as ações da escola. O jornal e a rádio local expressam através de suas notícias os projetos e ações da escola, e isso se difunde por todo o município, uma vez que a cultura de ouvir a rádio e ler o jornal local é muito forte, tanto na sede como no interior do município.

O projeto Desenvolvendo o educando através da Arte aparece como o projeto que mais é reconhecido pela comunidade local. Isso pode se dever ao fato de sua

existência de quase uma década, e de tratar de uma questão da própria identidade do município. De certa forma o município é representado pela banda em cada apresentação realizada fora do município.

Na identidade existe uma relação de igualdade, que cimeta um grupo, igualdade que vale para todos a que ele pertencem (Gadotti, 2000,p.43). Parece ser no sentido da própria identidade que o Projeto Desenvolvendo o educando através da Arte se reflete na comunidade local de Arroio do Tigre, pois ele é uma ação que engrandece o município e retrata a cultura da cidade através das apresentações da Banda dos Tigres.

Da mesma forma a o projeto “Ambiência” também desperta interesse e se mostra significativa por se tratar de um projeto que prima por ações ambientais. Na atualidade, as questões desta ordem são muito discutidas e tem se difundido, através dos meios de comunicação, pois é preciso cuidar do meio ambiente, preservando a natureza, fazendo a seleção do lixo, reciclando matérias, entre outros.

A comunidade local percebe que a escola está orientando seus alunos, e por conseqüência as famílias dos alunos também, sobre um problema da atualidade e que merece ser debatido. As atividades extraclasse que são realizadas dentro do projeto ambiência também movimentam a comunidade local e escolar. A gincana do lixo, a competição entre os alunos (a fim de verificar que equipe consegue juntar mais material reciclável), mobilizam grande parcela de pessoas que se interessam pelas atividades promovidas pela escola.

O projeto de acesso à biblioteca também possui ações das quais a comunidade local pode se beneficiar, embora ele não esteja tão difundido. Mas a iniciativa da escola em abrir as portas de sua biblioteca para os moradores do município se mostra significativa e ressalta a preocupação da escola em ofertar seus serviços para a comunidade. Entretanto o desconhecimento da comunidade em relação ao projeto (como denuncia a pesquisa) demonstra que a escola precisa rever a forma de difusão

deste projeto, já que suas ações estão ao alcance de uma parcela restrita de pessoas.

5.2.4 A importância da avaliação dos pais e da comunidade em relação às ações da escola

Embora todas as escolas realizem avaliações periódicas, ou pelo menos deveriam realizar, de seu desempenho e de suas práticas, é importante também levar em consideração a verificação de como a comunidade escolar e local esteja se relacionando com a escola.

De acordo com Paro (2001,p.86):

Uma verdadeira avaliação escolar comprometida com a apropriação do saber pelo educando, não com sua capacidade para tirar notas ou responder a provas e testes, deve levar em conta todo o processo escolar e incluir como avaliadores permanentes aqueles que se beneficiam de seus serviços, o que abrange além dos alunos e alunas, também seus pais ou responsáveis.

A LDB 9394/96 prevê a participação da comunidade na organização e gestão da escola, mas como já ressaltado anteriormente existem muitos entraves que não fazem deste item da Lei uma realidade nas escolas do país. As escolas, muitas vezes, se preocupam em demasia em avaliar, através de seus instrumentos, o desempenho dos alunos. Mas pouco está preocupada em avaliar qual a visão que a comunidade a que atende possui em relação as suas ações.

Uma avaliação abrangente, neste sentido, cederia espaço a opinião dos pais e da comunidade, pois a escola cumpre um dever social e assim existe também em função da comunidade.

No contexto atual da educação e dentro da perspectiva da gestão democrática, é relevante que se verifique a importância dos projetos elaborados e executados pela escola. As escolas possuem um certo grau de autonomia e são constantemente chamadas, por força da sociedade, até mesmo por força dos determinantes legais, a

elaborar projetos levando em consideração as necessidades de sua própria localidade. As escolas conhecem de perto suas comunidades e podem dar respostas mais adequadas aos problemas e necessidades de cada local, podendo inclusive avaliar melhor suas ações e os resultados delas obtidos (Gadotti, 2000).

Desta forma como diz Lück (2006, p.33):

A educação, no contexto escolar, se complexifica e exige organização da ação educacional e esforços cada vez mais redobrados e renovados, vinculados ao mundo real, para o que é fundamental a participação da comunidade tanto interna como externa do estabelecimento de ensino.

Hoje é importante que as escolas exercem um papel disseminador de informações à respeito dos problemas atuais, como por exemplo as questões ambientais, a valorização da cultura local, o resgate de valores históricos da comunidade. Até mesmo o hábito da leitura, a valorização da arte, mostrando aos pais e comunidade que os alunos são capazes de se expressar, de dançar, de tocar instrumentos musicais. Assim a escola ganha credibilidade e emerge na comunidade como uma instituição forte e importante para o desenvolvimento do município ou localidade.

É sabido que alguns pais dificilmente freqüentam a escola para participar de processos decisórios, como eleição de dirigentes, de conselhos escolares, ou de Circulo de Pais e Mestres (o que é negativo). Entretanto os pais podem começar a criar o hábito de freqüentar a escola se a mesma promover ações que sejam de seu interesse, promovendo palestras (sobre temas variados) para o público local, organizando apresentações artística, ou um dia festivo.

As escolas não podem fechar suas portas e cair na redundância de apenas dar aulas e cobrar avaliações dos alunos. Na contemporaneidade, o papel da escola transcende as questões puramente de sala de aula. E para que tenha uma visão positiva na comunidade, ela precisa fazer a diferença, precisa atrair os pais, mostrar para eles que a escola é um lugar positivo e de conhecimento para si e para seus filhos.

Participando das ações da escola e reconhecendo – as como importantes pode-se começar a criar uma cultura de participação e um vínculo mais forte entre escola, família e comunidade.

É pouco provável que a escola consiga uma participação maciça dos pais, pois alguns possuem maior facilidade em interagir e participar dos processos decisórios, já outros por inúmeros motivos (falta de tempo, de interesse, por receio de se expor, por comodismo) não se dispõem a freqüentar a escola, seja em reuniões, em eleições ou em apresentações artísticas. Para tanto a escola precisa munir-se de criatividade, encontrando formas para que os pais, em sua maioria, venham para a escola e a percebam como um lugar agradável e de construção de saberes.

Se pais e comunidade tiverem consciência de que as ações da escola são importantes, são necessárias e produzem conhecimento, a própria concepção dos filhos sobre a educação será diferente. A visão da família em relação à escola se reflete diretamente no comportamento e na percepção dos filhos. Se os pais não consideram a escola importante e necessária para seu desenvolvimento, os filhos, por conseqüência, também não a considerarão.

Isso também requer uma visão diferenciada por parte de professores e dirigentes das instituições de ensino em relação a vida familiar dos alunos. Muitas vezes, a escola não dá importância ao que acontece fora de seu entorno, o que leva os alunos a crerem que existe uma vida fora de escola e outra dentro da escola. E isso não é positivo, pois a escola deve articular várias instâncias da vida humana e reconhecer que os alunos não aprendem apenas dentro dos muros escolar, eles aprendem na família, no grupo de amigos, nos jogos interativos, na Internet, enfim, numa gama muito grande de locais e de relações. E se a escola não flexibilizar sua postura, não encarar o conhecimento como algo a ser construído a partir dessas várias relações, ela poderá acabar sendo a instância onde menos os alunos estarão aprendendo.

A escola precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de conseguir adesão da família para sua tarefa de

desenvolver nos educandos atitudes positivas e duradouras em relação ao aprender e a estudar (PARO, 2000,P.16)

Por fim, verifica-se que a avaliação dos pais é necessária para a continuidade das ações da escola, bem como o reconhecimento dos pais acerca das ações desenvolvidas pela escola, pois eles também podem ser beneficiados. A visão dos pais à respeito da escola está ligada ao desempenho dos alunos, na medida em que, pais que não valorizam o estudo, que não vêem a escola como uma instância de formação necessária para sua vida, possuem geralmente filhos com uma visão similar.

Difícilmente será conseguida alguma mudança se não se partir de uma postura positiva da instituição com relação a seus próprios usuários, oferecendo condições para o diálogo, para a convivência e para a participação na vida escolar (Paro, 2000).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa visou avaliar como foi elaborado o Projeto político-pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre, e qual a contribuição do mesmo no âmbito do desenvolvimento da comunidade local do município de Arroio do Tigre, RS.

Frente a isso podemos tecer algumas considerações em relação ao trabalho desenvolvido:

Constatou-se através de análise documental e de realização de entrevistas que a elaboração do PPP da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre ocorreu com o auxílio da comunidade escolar onde se formou uma “constituente escolar”¹², formada por membros da comunidade escolar: pais, professores, funcionários e alunos, que por meio de reuniões analisaram as demandas vindas dos pais, alunos, professores e funcionários.

A escola enviou para todos os segmentos da comunidade escolar questionários que diziam respeito ao funcionamento da escola, necessidades e sugestões que os mesmos gostariam de salientar.

O Projeto político-pedagógico foi elaborado após várias reuniões da constituente escolar, que foi formado por membros representantes de todos os segmentos da

¹² A constituente escolar foi uma política de apoio elaborada pelo Governo Estadual no final do ano de 1999, que visou auxiliar as escolas e suas comunidades escolares a elaborarem seus Projetos político-pedagógicos, em parceria com seu quadro de professores, alunos, funcionários da escola e pais dos alunos.

comunidade escolar. Os trabalhos duraram em torno de seis meses, e várias versões do projeto foram analisadas e posteriormente modificadas, até que se chegou a uma versão final examinada e aprovada pela 24ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação).

A partir da análise documental e das entrevistas concedidas pelas professoras da escola, pode se perceber que as atividades de planejamento e elaboração do PPP foram realizadas de forma participativa e contemplaram demandas oriundas da comunidade escolar.

Concluiu-se também que a EEEMAT através de seu Projeto político - pedagógico está efetivando projetos que estão se refletindo na comunidade local onde ela atua. Percebe-se que dos três projetos analisados (Desenvolvendo o educando através da arte, Ambiência e Acesso a biblioteca) apenas o último não possui um reconhecimento amplo na comunidade local. Os demais projetos analisados são reconhecidos por grande parte dos pesquisados, permitindo dizer que a escola contribui com a comunidade local através de suas práticas. Isso na atualidade tem se mostrado de suma importância pois as instituições escolares não podem mais se fechar para sua comunidade, mas ao contrário, ela deve abrir suas portas para ela. E isso deve ocorrer não apenas por que a lei manda, ou porque os pareceres legais sugerem, mas deve ocorrer, principalmente, por que a escola pode ser uma promotora de práticas que gerem conhecimento comunitário. A escola é um espaço público, formador de conhecimento e políticas públicas de âmbito educacional, que vai além dos conteúdos programáticos de sala de aula.

A análise dos resultados dos questionários aplicados na comunidade local permite concluir que a comunidade percebe as ações da escola e vê o espaço escolar como um local mais amplo do que apenas o espaço reservado para atividades pedagógicas e direcionadas aos alunos. Isso sugere que a comunidade espera ações da escola das quais também possa se beneficiar.

A comunidade local em sua maioria não vê a escola apenas com a atribuição de dar aulas, cobrar temas e avaliar o desempenho dos alunos, mas também como um espaço que ofereça atividades de cunho cultural e artísticos, de educação ambiental e de interação com a comunidade. Isso remete a compreensão de que a escola pode ser um espaço para acolher a comunidade para lhe oferecer conhecimento e informações, a respeito de temas atuais e de interesse coletivo, como são as questões ambientais, culturais e artísticas.

Outra questão relevante refere-se ao projeto “desenvolvendo o educando através da arte” que se apresenta muito bem difundido dentro da comunidade local. Não se pode deixar de levar em consideração que o projeto existe há quase uma década, ou seja desde que o Projeto político - pedagógico foi implementado. E além disso as atividade, principalmente referentes a banda dos Tigres, são bastante difundidas nos meios de comunicação regionais e locais.

O projeto Ambiência embora não possua um índice tão alto de reconhecimento também possui considerável reconhecimento dentro da comunidade local, o que é de grande valia, já que as questões ambientais estão muitas em voga na atualidade. Mesmo não tendo sido analisado neste trabalho as atividades específicas de cada projeto, vale ressaltar que o número de pesquisados que considera importante o projeto Ambiência foi bastante elevado, e isso pode ser devido a difusão das atividades promovidas pela escola com seus alunos, que as repassam em suas casas. Um exemplo disso é a prática da seleção do lixo que a escola realiza todos os dias. Em diferentes recipientes são colocados o lixo seco e o orgânico, todas as salas de aula possuem dois locais para a armazenagem do lixo, e os professores cobram que ele seja selecionado. Uma vez por mês é vendido o lixo seco e o valor adquirido é utilizado para comprar algo para o melhor funcionamento da escola. Se as crianças aprendem a selecionar o lixo na escola elas possivelmente farão isso também em casa, e os pais familiares, que ainda não saibam selecionar seu lixo, estarão aprendendo com elas.

O projeto de acesso à biblioteca não teve um índice muito significativo de

reconhecimento por parte da comunidade local. Isso pode ter ocorrido em virtude de não se tratar de um projeto direcionado diretamente aos alunos. Essa é uma questão negativa, e que deveria ser repensada pela escola em estudo, já que proporcionar leitura, cultura e lazer para a comunidade são atividades importantes para o desenvolvimento de uma comunidade. E a escola está oferecendo esta oportunidade, abrindo as portas de sua biblioteca para o público em geral e talvez por falta de informações as pessoas estejam se privando deste benefício concedido pela escola.

De modo geral, a realização deste trabalho permitiu perceber que a escola pode contribuir com a comunidade local, colocando seus serviços à disposição da mesma, seja sob forma de lazer e entretenimento, ou através de atividades que orientem e informem sobre assuntos da atualidade e que sejam de interesse comum.

Percebeu-se também que as pessoas freqüentam a escola, em diversas oportunidades, mas com mais freqüência quando há apresentações artísticas ou festividades. Isso sugere que a escola atrai as pessoas e pode se utilizar disso para promover cada vez mais ações que desenvolvam a comunidade local e a aproxime do espaço escolar. É preciso ter claro também que a visão que os pais passam para os filhos sobre a escola irá se refletir nos mesmos.

Enfim, verificou-se através deste trabalho que a escola pode contribuir com a criação de uma nova visão sobre os processos educativos e participativos. Parte das políticas de ações da escola, que a partir da LDB 9394/96 devem ser tomadas coletivamente pelas comunidades escolares, podem ser tomadas em parceria com sua comunidade escolar e local. A escola pode buscar direcionamento para parte de suas práticas em uma proposta de ação onde interesses distintos estejam contemplados, mas onde se busque um objetivo comum.

Pode-se dizer que a Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre, possui através de seus projetos, que foram previamente planejados como parte integrante do Projeto político-pedagógico, uma ligação positiva com sua comunidade local e parece

estar auxiliando no desenvolvimento da mesma a partir de suas práticas.

A ação da escola pode se tornar um diferencial em busca de uma comunidade mais comprometida e atuante nos espaços participação popular. Valorizando sua comunidade (escolar e local) dentro de seu processo de gestão, a escola estará contribuindo para uma tentativa de conscientização de que os espaços públicos precisam ser utilizados de forma adequada, o que pode refletir em projeto de desenvolvimento local ou regional mais democrático.

REFERÊNCIAS

ÀVILA, Vicente Fideles de. (org.) *Formação Educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceito*. Campo Grande: Editora UCDB, 2000.

BASTOS, João Baptista. (org.) *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: editora DP&A, 2001.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Apresentação. In: WITTMANN, M.L.; RAMOS, M.P. (org.) *Desenvolvimento Regional, capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 07-10.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado federal, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais, Introdução* / Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 173 p.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico – compreensiva: artigo a artigo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CORRÊA, Darcisio. *A Construção da Cidadania: Reflexões Histórico – Políticas*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1979

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: Fazenda, Ivani (Org) *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 71-90.

ENGUITA, Mariano Fernández . *Educar em tempos incertos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FAVACHO, André M.P. *O Projeto político-pedagógico: reflexões sobre o Estado do Amapá*. 1996 disponível em : <http://www.anped.org.br>>

FONSECA, Marília. *O Projeto político-pedagógico e o Plano de desenvolvimento da escola: duas concepções antagônicas de gestão escolar*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 23 n. 61.p. 302-318. disponível em : <http://www.cedes.unicamp.br>

GADOTTI, Moacir. *Organização do Trabalho na Escola: alguns pressupostos*. São Paulo: Ática, 1994.

_____, Moacir. Gestão Democrática e qualidade de Ensino. In:1º FORUM NACIONAL DESAFIO DA QUALIDADE TOTAL NO ENSINO PÚBLICO. 1994 Minascentro, Belo Horizonte, MG. Disponível em [http:// www.paulofreire.org](http://www.paulofreire.org)

_____, Moacir. Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã. In: *Construindo a Escola Cidadã*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998, p. 15-22.

_____, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, artmed: 2000

GANDIN, Danilo; GANDIN, LUÍS Armando. Temas para um projeto político-pedagógico. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1995.

GOULART, Sueli (org.) *Universidades e Desenvolvimento local*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005.

HELPER, Inácio; AGNES Clarice. *Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 8 ed. Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2006.

HERNÁNDEZ, Fernando. *O projeto político-pedagógico vinculado a melhoria das escolas*. Revista Pátio, Porto Alegre, n. 25, p. 08-11, fevereiro/abril 2003.

HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola*. Campinas: Papyrus, 1994.

LIBÂNIO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: alternativa, 2004.

LIBANEO, J.C.; OLIVEIRA, J. F de; TOSCHI, M.S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*.3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, João Francisco Lopes de. *A reconstrução da tarefa educativa. Uma alternativa para a crise e a desesperança*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

LIMA, Ir. Maria A. *O Projeto político-pedagógico: uma resposta da comunidade escolar*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

LÜCK, Heloísa. *A gestão participativa na escola*. Série cadernos de gestão v. III. Petrópolis: vozes, 2006

_____, Heloísa. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional* vol. II. Petrópolis: vozes, 2006

PACHECO, José Augusto. *O município e as políticas educativas públicas*. Revista Pátio, Porto Alegre, n. 25, p. 08-11, fevereiro/abril 2003.

PADILHA, Paulo Roberto. Projeto político- pedagógico. *Caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente*. Revista Pátio, Porto Alegre, n. 25, p. 08-11, fevereiro/abril 2003.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão Democrática da escola pública*. São Paulo: Atica, 2002

_____, Vitor Henrique. *Por dentro da escola pública*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____, Vitor Henrique. *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, Rômulo P. de; ADRIÃO, Theresa (org.) *Gestão, Financiamento e Direito à Educação- análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____, Vitor Henrique. *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã, 2000.

PELLEGRINI, M.Z. Administração participativa: teoria e práxis. *Revista Brasileira de Administração de Educação*. Porto Alegre, v. 4, n.2, julho/dez. 1986.

PILETTI, Nelson. PILETTI, Cláudio. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 1997

PRAXEDES, Walter. *A diversidade humana na escola: reconhecimento, multiculturalismo e tolerância*. Revista espaço acadêmico, nº 42, novembro de 2004. disponível em: <<http://www.especoacademico.com.br/042/42wlap.htm>> acessado em 03 de jun. de 2005.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1986.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. São Paulo: Libertad, 2002.

_____, Celso dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998

ANEXOS

Anexo A - Entrevista realizada com a coordenadora pedagógica Elisie Anne Hoffman Jank, na Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre

1. Como ocorreu o processo de construção do Projeto político- pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre (EEEMAT) ?

Ocorreu paralelamente com a Constituinte Escolar, a Constituinte escolar ocorreu ao longo dos anos 1999 e 2000 (quanto assumiu o Governador Olívio Dutra) . A nossa Proposta Pedagógica, ou Projeto Político Pedagógico, não sei como você costuma chamar, foi aprovada em 28 de dezembro de 2000, desde lá ela está vigorando. Mas voltamos a falar sobre a Constituinte Escolar (CE), ela foi dividida em cinco momentos. Eu vou pegar a pasta onde estão guardados todos os documentos e questionários que foram utilizados na CE. *(Neste momento a coordenadora pedagógica vai até a outra sala e busca duas pastas bastante volumosas onde se encontram os documentos)*. A CE foi uma grande pesquisa, uma construção de toda a comunidade escolar, que você sabe são pais, alunos, professores e funcionários.

O levantamento de dados foi feito através de questionários que a escola montou, são estes que eu estou te entregando *(ela me entrega os modelos dos questionários que foram enviados para os pais, professores, alunos e funcionários)*. Estes foram os questionários que foram respondidos pela comunidade escolar. Para construir o PPP foi realizado o seguinte processo: (a coordenadora começa a ler o documento que foi enviado pela 24ª DE (Delegacia de Educação), atualmente chamada de CRE (Coordenadoria Regional de Educação)). 1º momento: sensibilização e preparação das condições para o desencadeamento do processo, 2º momento: diagnóstico da realidade, resgate das práticas pedagógicas, e levantamento das temáticas para aprofundamento. 3º momento: aprofundamento das temáticas levantadas no segundo momento. 4º momento: definição de princípios e diretrizes do Projeto Político- Pedagógico da Escola Democrático-Popular. 5º momento: reconstrução dos Projetos Político Pedagógico das diferentes instâncias da Secretária (Escolas, DEs, SE).

Com relação a construção do PPP propriamente dito, a redação foi feita pela comunidade escolar (na verdade por representantes da comunidade escolar) mas baseados nas contribuições que foram levantadas através dos questionários. Realizamos trabalhos em grupo para a sistematização das idéias. Depois a coordenação pedagógica redigiu o texto inicial, o qual foi colocado para a apreciação de todos os segmentos (pais, alunos, professores, funcionários). Houve modificações e após um tempo chegou-se a um consenso. Eram realizadas reuniões, temos tudo isso em ata registrada, se você precisar ter acesso. Chegamos a uma versão final no final do ano de 2000, (não lembro precisamente quando), mas no dia 28 de dezembro de 2000 ela foi aprovada. É

claro que a Proposta ela pode e deve estar em constante aperfeiçoamento, e quando a comunidade escolar achar pertinente a proposta pode ser alterada.

2. Como você vê a relação da EEEMAT com a Comunidade Local?

Eu acho que aos poucos a escola tem conseguido uma maior participação dos pais e de toda a comunidade na escola, principalmente este ano a gente está sentindo que principalmente os pais estão mais presentes na escola. Eu acredito que poderia ser melhor, mas estamos aos poucos conseguindo esta aproximação. Os pais estão bem mais preocupados com a aprendizagem dos filhos e com as atitudes deles na escola. Temos percebido uma aproximação inclusive dos pais dos alunos do interior, eles estão freqüentando mais a escola, e nós enquanto gestoras da escola estamos nos esforçando para atender sempre muito bem aos pais. Com relação a comunidade local nos disponibilizamos a biblioteca, temos parcerias com a prefeitura, a escola se coloca a disposição para receber cursos que são ministrados pela ACISAT (Associação Comercial e Industrial de Arroio do Tigre) e CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) e também com a Prefeitura. A escola proporciona palestras que são abertas a toda a comunidade, realizamos várias campanhas que também de certa forma beneficiam a comunidade local e escolar.

3. Que práticas (sejam projetos, ações programas) adotadas pela EEEMAT, que sejam metas e ações do Projeto Político Pedagógico colaboram com o desenvolvimento da comunidade local?

Bem acredito que na temos várias ações e projetos que de certa forma colaboram e desenvolvem a comunidade local e até regional. Temos um projeto que desenvolvemos a mais de cinco anos que chamamos de projeto da banda. Eu tenho um dossiê de todos estes anos de projeto. A nossa banda que já participou de inúmeras apresentações artísticas, levando o nome do nosso município até para fora do estado do Rio Grande do Sul. Participamos também do Projeto União Faz a Vida, que é uma parceria do Banco Sicredi (sistema de Crédito Cooperativo) e da Unisc em parceria com as Instituições daqui de Arroio do Tigre, que são CDL, ACISAT, APAE, EMATER, AJURATI E COMACEL. Este programa é basicamente voltado para o aperfeiçoamento de professores e trará de questões do cooperativismo. Participamos também do Programa Agrinho, verde é vida, temos um projeto de educação ambiental onde toda a comunidade colabora com a doação de matérias recicláveis que os alunos selecionam e vendem para benefício da escola. Temos um projeto de abertura do nosso laboratório de informática para toda a comunidade escolar.

ANEXO B - Entrevista realizada com membro da comunidade escolar segmento - funcionário que participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico. Atualmente assume a função de coordenadora pedagógica da EEEMAT - Claudete Terezinha Schuster Ensslin. Entrevista realizada no dia 18/10/2005 às 9 horas da manhã na escola.

1. Como ocorreu o processo de construção do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre (EEEMAT) ?

Na verdade tudo começou pela Constituinte Escolar, que, primeiramente, foi formada uma representação de cada segmento da comunidade escolar. Foram organizados encontros de estudos envolvendo toda a comunidade escolar. Foram feitos também estudos com os professores onde foram debatidos diversos temas que possibilitariam uma melhor compreensão da realidade e das necessidades da educação atual. Após estes estudos foram levantadas questões como: como vejo e como gostaria que fosse a escola, a família, o aluno, a comunidade, os jovens, os pais. Estas questões foram trabalhadas com todos os segmentos da comunidade escolar, e foram também enviados questionários para os pais (nós temos tudo isso registrado em dossiê, que está a tua disposição para fazer análise quando tu precisares). Então, foram encaminhadas pesquisas à comunidade para sugestões de temas mais importantes, que deveriam ser discutidos em grupos na escola.

Foram organizados encontros com pais, professores, alunos e funcionários para discutir os rumos da educação e da escola pública. Na verdade foi um trabalho muito rico onde surgiram várias sugestões oriundas de todas os segmentos da comunidade escolar. Quando tínhamos em mãos todos os relatórios da Constituinte Escolar foi possível a construção do PPP da escola, com ações e metas que vinham ao encontro das necessidades e sonhos da comunidade escolar.

2. Como você vê a relação da EEEMAT com a Comunidade Local? Como o PPP está sendo efetivado no que diz respeito a participação da comunidade?

O PPP foi construído de forma participativa por toda a comunidade escolar, isso já sugere que ele possui vínculos com a comunidade local. Mas quanto à prática eu destacaria várias atividades como projetos, temos de educação ambiental, o da solidariedade, festividades de datas comemorativas envolvendo toda a comunidade. Temos também o desenvolvimento educando através da arte, temos a feira do conhecimento, participamos do desfile cívico de 7 de setembro, realizamos a feira do conhecimento onde os alunos participam com a realização de trabalho. Temos também o projeto "vivendo os valores na educação". Disponibilizamos o laboratório de informática para toda a comunidade escolar, e a biblioteca da escola é aberta a toda a comunidade local. A escola tem uma participação ativa nas atividades desenvolvidas pelo município valorizando as culturas locais. A escola proporciona excursões oportunizando aos alunos conhecimentos culturais conhecendo Universidades, Museus, pontos turísticos, feiras de conhecimentos de outras

escolas.

3. Que práticas (sejam projetos, ações programas) adotadas pela EEEMAT , que sejam metas e ações do Projeto Político Pedagógico colaboram com o desenvolvimento da comunidade local?

Destacaria o projeto "Desenvolvendo o educando através da arte" que inclui a banda dos Tigres, este projeto contribui para o acesso a arte universal dos alunos e da comunidade. Nas apresentações todos os arroiotigrenses¹³ têm oportunidade de apreciar e viajar nas atividades de dança e musica que levam cultura a todos. O aluno participante desenvolve atitudes de autoconfiança, cooperação, participação, responsabilidade e solidariedade, o que vem a refletir na sociedade em que vive. Além do que a Banda do Tigres se apresenta em todo o Rio Grande do Sul, levando o nome do nosso município a todo o Estado. A participação dos pais dos alunos também é muito grande. Este é um dos nossos projetos mais elogiados e inclusive já contribuiu para que outras escolas também já planejassem sua própria banda.

O projeto da solidariedade busca desenvolver no aluno atitudes de amor ao próximo, sensibilidade, mostrando na prática que são cidadãos conscientes e participativos com as dificuldades e diferenças que existem na sociedade capitalista.

A biblioteca que atende a toda a comunidade local também proporciona lazer e informação as pessoas da comunidade e o laboratório de informática que leva toda a comunidade escolar a viajar pelo mundo da informação pela Internet.

¹³ Pessoas que vivem ou nasceram no município de Arroio do Tigre

ANEXO C – Fotos da fachada da EEEMAT



fonte: registros fotográficos da autora, 2007



fonte: registros fotográficos da autora, 2007



fonte: registros fotográficos da autora, 2007



fonte: registros fotográficos da autora, 2007

ANEXO D – Fotos Banda dos Tigres, integrante do projeto “Desenvolvendo o educando através da arte”



fonte: arquivos fotográficos da EEEMAT/2006



fonte: arquivos fotográficos da EEEMAT/2006

ANEXO E – Fotos das ações do Projeto “Ambiência”

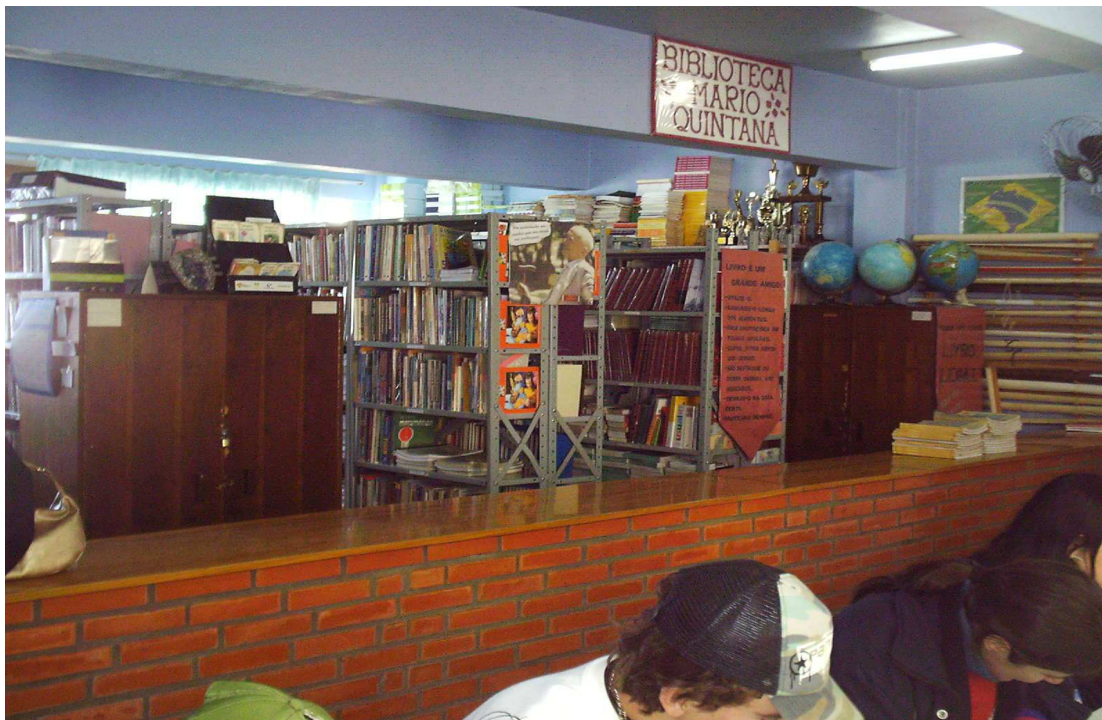


fonte: arquivos fotográficos da EEEMAT/2006



fonte: arquivos fotográficos da EEEMAT,2006

ANEXO F – Fotos da biblioteca da EEEMAT



Fonte: registros fotográficos da autora, 2007



Fonte: registros fotográficos da autora, 2007

ANEXO G – Participação da comunidade local em eventos da EEEMAT



fonte: registros fotográficos da autora, 2006



fonte: registros fotográficos da autora, 2006

Anexo H- PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA

I – APRESENTAÇÃO DA ESCOLA

A) Dados de identificação

- ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ARROIO DO TIGRE
- ARROIO DO TIGRE – RS
- DIRETORA: ROSELAINÉ SEBEN
- AAF: CLAUDETE TEREZINHA SCHUSTER ENSSLIN
- VICE-DIRETORAS: FÁTIMA REGINA DA SILVA BANDEIRA
ELISIE ANNE HOFFMANN JANK
LENISE DIONE SCHNEIDER
- COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: ELISIE ANE H. JANK
MARISTELA RECH RÖHRS
FÁTIMA R. S. BANDEIRA
CLÁUDIA S. BERNHARD
MALIZE HERMES MOHR
LILIANE VARGAS DA COSTA
MÁRIO J. HAMMERSCHMITT
- PRESIDENTE DO CONSELHO ESCOLAR: CARLOS H. S. COSTA
- PRESIDENTE CPM: LISIELLE ZANELLA

- PRESIDENTE DO GRÊMIO ESTUDANTIL: TAUANI DO NASCIMENTO
- 24ª CRE
- ANO 2007

B) Histórico da Escola

A Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre foi criada pelo Decreto de Criação nº 514 de 25/03/42; foi unificada a Escola Estadual de 1º Grau Juracy Ferreira e a Escola estadual de 2º Grau Dona Laura Seitenfus sob a Portaria de Unificação nº 01138 de 04/03/93, publicada no DO de 04/03/93; Portaria de Alteração de Designação nº 00122 de 25/04/2000; Regimento atual aprovado em 28/02/05. A Escola está situada na Rua Reinaldo Horácio, 159, no centro da cidade de Arroio do Tigre.

II – FILOSOFIA, MISSÃO E VISÃO DA ESCOLA

A) FILOSOFIA

Educar e formar cidadãos, preparando para a vida; ensinando amor e respeito pela verdade; despertando a importância da responsabilidade, a necessidade do trabalho, a preservação do meio ambiente e o exercício consciente da cidadania.

B) MISSÃO

A escola tem como missão principal o pleno desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação integral, indispensável para o exercício da cidadania; progressão do trabalho e em estudos posteriores; promovendo o desenvolvimento da

personalidade humana e participação na obra do bem comum, preparando-o para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos de modo a permitir-lhe as possibilidades e vencer as dificuldades do meio em que vive.

C) VISÃO

* Oferecer uma educação que favoreça a formação de pessoas criativas, dinâmicas, comprometidas com a sociedade e com a história, realizadas como seres humanos, abertas ao transcendente através de uma formação humana, intelectual e tecno-científica.

* Capacitar os educandos a relacionarem-se com o mundo, com a natureza, consigo mesmo e com Deus, proporcionando condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para a vida e exercício consciente da cidadania.

III – PROBLEMATIZAÇÃO

A) Temos

Nossa escola possui aproximadamente 1400 alunos de Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, distribuídas em turmas numerosas e heterogêneas, nos turnos da manhã, tarde e noite. Conta com Serviço de Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Biblioteca, Laboratórios de Informática e Ciências, Auditório, Banda dos Tigres, Grupo de Danças, Grêmio Estudantil, Conselho Escolar, CPM e oferece aos alunos a participação no PEIES da UFSM.

A escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre é a única escola estadual de Ensino Médio no município de Arroio do Tigre. Localizada na zona urbana, recebe alunos de todas as escolas municipais, estaduais e particular do município e da região. As turmas são formadas de forma igualitária, compostas por alunos de diferentes

classes sociais e econômicas, religiões e etnias, com sérias disparidades de pré-requisitos. Apresentando problemas dos mais diversos, que vão desde o desnível de ensino-aprendizagem até a desestruturação familiar. Os valores são muito diferenciados de acordo com a origem familiar, encontrando bastantes problemas de relacionamento, principalmente entre os alunos, o que acarreta desavenças dentro e fora da escola.

B) Continuar

Queremos continuar todas as atividades que deram certo e produziram bons frutos na comunidade escolar, local e regional:

- A valorização do respeito mútuo;

- Projetos como:

(**Desenvolvendo o Educando através da arte**) a Banda dos Tigres, Grupo de Danças, Incentivo à arte e cultura; apresentações artísticas, etc.

(**Ambiência**) Coleta do lixo reciclável; Gincana Ecológica; Conscientização sobre questões ambientais, etc.

Solidariedade; Campanha do Agasalho;

Semana do Estudante;

Semana Farroupilha;

Semana da Criança;

Leitura;

Folclore;

Horta e Jardim;

Ação de Graças, Páscoa; Natal; Festa Junina; Consciência Negra; etc.

- Apresentações artísticas;
- Decoração da escola;
- Organização das atividades didáticas voltadas para o bom ensino;
- Utilização dos Laboratórios da escola;
- Avaliação por trabalhos e provas variadas;
- Preparação dos alunos para o vestibular:
- Controle da entrada e saída no portão;
- Cumprimento das regras de convivência, estabelecidas em conjunto pela comunidade escolar;
- Envolvimento com a comunidade local e regional;
- Excursões e passeios turísticos e culturais;
- Participação em torneios esportivos e olimpíadas (de Matemática; etc).

C) Mudar

Pretendemos promover algumas atividades e mudanças, as quais acreditamos que irão melhorar e enriquecer a prática pedagógica da escola:

- Implantar o Ensino Fundamental de 9 anos;
- Melhorar atendimento nos setores;
- Incentivar atividades artísticas e culturais, trabalhos manuais, artesanatos,...
- Horário escolar mais equilibrado entre as áreas do conhecimento;
- Aumentar o número de vagas na Banda dos Tigres;
- Revisar as instalações elétricas e hidráulicas;
- Promover mais palestras sobre temas variados e atuais;
- Promover maior integração entre escola e pais, com reuniões, palestras, etc;
- Incentivar o uso de uniforme;
- Promover olimpíadas de artes, matemática, etc;
- Alterar a forma de avaliação e recuperação;
- Incentivar a participação dos alunos em festividades da escola;
- Promover eventos para envolver a comunidade e arrecadar fundos;
- Batalhar pelo fechamento da quadra de esportes;

- Aulas mais práticas e atraentes;
- Práticas esportivas para formar atletas (vôlei, futebol, atletismo, etc);
- Prática pedagógica atualizada e contextualizada;

IV- FUNDAMENTOS

A) Filosóficos

A Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre tem como base filosófica os ideais cristãos e éticos para a formação humana. Considera importantes o equilíbrio e a harmonia das dimensões cognitiva, física, psíquica, social e espiritual do indivíduo e acredita que isso é fruto da compreensão do mundo, do outro, da natureza e de si mesmo.

B) Pedagógicos

“À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele”. (Delors)

Na busca pela educação integral da criança ou adolescente a nós confiado, nos baseamos nos quatro tipos de aprendizagens:

- aprender a conhecer (adquirir conhecimento);
- aprender a fazer (desenvolver competências);
- aprender a conviver (perceber as interdependências, ser capaz de viver e trabalhar em grupo);
- aprender a ser (agir com maior autonomia, discernimento e responsabilidade social).

Para os quais faremos convergir todos os esforços pedagógicos de forma a descobrir e desenvolver o potencial criativo de cada um.

C) Metodológicos

“O conceito de educação ao longo de toda a vida é a chave que abre as portas do século XXI, onde tudo pode ser ocasião para aprender e desenvolver seus próprios talentos”. (Delors).

Para atender esse novo conceito de educação, a prática pedagógica deve privilegiar:

- a abordagem dialética, na qual o ser humano, só se modifica na relação com o outro e ao mesmo tempo modifica o outro, o que justifica o trabalho em grupo;
- o ensino contextualizado, partindo da realidade e da vivência do aluno, com trabalhos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares;
- aprendizagem significativa, quando o novo material a ser aprendido se relaciona com o que já se sabe e pode-se estabelecer esquemas de conhecimentos que facilitam a retenção, a transferência e a funcionalidade;
- promover experiências, debates, pesquisas, vivências e valorização da participação do aluno, pois segundo Piaget “conhecer um objeto é agir sobre ele”;
- organização de atividades com intencionalidade para alcançar os objetivos conceituais (aprender a conhecer), procedimentais (aprender a fazer) e atitudinais (aprender a ser e a conviver) propostos;
- as avaliações devem ser formativas, contínuas e cumulativas que sirvam para reorientar o trabalho do professor;
- propor recuperações onde o refazer e o reconstruir sejam realmente eficazes;
- organização dos registros das etapas de trabalho: intenção, execução, avaliação e retomada;
- a formação integral do aluno implica na necessidade de se trabalhar conteúdos de diferentes características, tanto no curricular, como no extracurricular, marcados pela transversalidade.

V- OBJETIVOS DA ESCOLA

A escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre tendo como inspiração os ideais expressos nos valores humanos de fraternidade, solidariedade e respeito pela vida, se propões a educar a criança, o jovem e o adulto para a sua realização pessoal, buscando sua autonomia para exercer plenamente a cidadania, atuando no seu ambiente de modo crítico, responsável e competente.

A) da Educação Fundamental

No Ensino Fundamental pretende-se instrumentalizar a criança e o adolescente para utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meios para compreender o ambiente natural e social, o sistema político, as diferentes tecnologias, as artes e os valores em que se fundamentam a nossa sociedade, expressar e comunicar suas ideais e usufruir das produções culturais.

B) do Ensino Médio

No Ensino Médio pretende-se consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, visando a reflexão que leva à compreensão de si mesmo, das interações sociais e dos fundamentos científicos e tecnológicos do processo produtivo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas ocupações tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho e a estudos posteriores.

VI- ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular considera os seguintes pressupostos, reconhecidos pelos educadores de nossa escola como elementos fundamentais do processo de aprendizagem:

- as linguagens como elemento primordial para a construção de conceitos, condutas e valores;
- o conhecimento como construção coletiva;
- a aprendizagem como mobilizadora de afetos, emoções e das relações humanas;
- a adoção de estratégias diversificadas;
- procedimentos e atividades de reinvenção do conhecimento;
- a interdisciplinaridade como capacidade para relacionar as disciplinas em projetos de trabalho, estudo, pesquisa e ação;
- a contextualização dos conteúdos.

VII – METAS E AÇÕES

- 1- Encontros e atividades variadas com a Comunidade Escolar para divulgar e implementar a Filosofia, Visão e Missão e a Proposta Pedagógica da Escola.
- 2- Explicação aos pais, professores, alunos e funcionários sobre o sistema de avaliação e recuperação oferecidos pela escola.
- 3- Divulgação do Regimento e Calendário Escolar para toda comunidade, através da Equipe Diretiva.
- 4- Integração de todos os serviços oferecidos pela escola com os regentes de classe.
- 5- Sessões de estudo com professores de Áreas (Ensino Fundamental – séries iniciais e finais – e Ensino Médio), promovendo a troca de experiências e idéias.
- 6- Participação da Comunidade Escolar em discussões e ações para combater a violência e promover a paz no cotidiano escolar, estendendo-se a toda comunidade local.

7- Fundamentação das atividades docentes em consonância com a realidade social, econômica e cultural da região.

8- Confraternizações e celebrações nas datas festivas previstas no Calendário da escola.

9- Excursões e visitas culturais a parques, pontos turísticos e feiras, integrando alunos, professores, pais e funcionários.

10 – Integração e participação da escola em eventos que integrem a comunidade local e regional (prefeituras, igrejas, grêmios, associações, etc), em eventos sociais e culturais.

11- Promoção de encontros e palestras para alunos, pais, professores e funcionários.

12- Encontros e intercâmbios com escolas da região.

13- Concursos de cartazes, slogans, redações, desenhos etc.

14- Gincanas ecológicas, de ciências, matemática, etc.

15- Reativação da Feira de Ciências.

16- Estímulo à participação dos alunos em jogos, torneios, olimpíadas, desfile cívico, etc.

17- Estímulo aos professores para realizarem trabalhos de pesquisa e aperfeiçoamento, publicações, etc.

18- Oferecer a oportunidade de cursos aos professores.

19- Encaminhamento de alunos com necessidades especiais para acompanhamento especializado na APAE, psicólogo, fonoaudiólogo, nutricionista, etc

20- Notificar aos pais os problemas de aprendizagem e infreqüência.

21- Acompanhamento direto do cumprimento da Proposta Pedagógica, Regimento e PIE da escola.

22- Atendimento direto e individual aos alunos com dificuldades de aprendizagem, de relacionamento e adaptação à escola, através do SOE.

23- Apoio didático-pedagógico a todos os professores.

24- Levantamento sempre atualizado das crianças e adolescentes que estão trabalhando, recebendo bolsa escola, transportes escolar, acompanhamento especializado, etc.

25- Manutenção da parte física da escola, com possíveis melhoramentos, deixando-a sempre limpa, bonita e agradável.

26- Aquisição de equipamento que facilitem o funcionamento da escola.

27- Encaminhamento para o fechamento da quadra da escola.

28- Conserto de equipamentos e mobiliário.

29- Ampliação do acervo da biblioteca escolar.

30- Merenda preparada com capricho, com cardápio que contenha os nutrientes necessários para o perfeito crescimento de crianças e adolescentes.

31- Levantamento periódico das necessidades da escola (pedagógicas, administrativas e assistenciais).

32- Participação efetiva de todos professores na revisão e elaboração dos Planos de Estudos.

33- Promoção de campanhas de embelezamento e limpeza.

34- Som ambiente no início e intervalo das atividades.

35- Valorização da escolha dos alunos dentro dos projetos especiais.

36- Manutenção dos projetos atuais, que estão dando certo.

37- Implementação de novos projetos, dentro do interesse e possibilidade da escola.

38- Incentivo ao uso dos Laboratórios e acervo da escola.

39- Estudos em conjunto com a comunidade escolar das Leis, Pareceres e Decretos referentes ao Ensino Fundamental, Médio e EJA.

40- Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, com acompanhamento e assessoria pedagógica direta.

41- Participação de encontros, reuniões e cursos promovidos pela 24ª CRE.

42- Disciplinação da avaliação da escola.

43- Elaboração de um novo Regimento para entrar em vigência a/c de 2008.

- 44- Elaboração de estratégias de avaliação e recuperação no decorrer do ano letivo.
- 45- Elaboração de cronograma de datas comemorativas, em consonância com o município.
- 46- Planejamento e modernização para o Conselho de Classe.
- 47- Realização de ensaios e treinos em turno inverso.
- 48- Realização e aplicação dos projetos especiais em turno inverso, se houver disponibilidade de carga horária dos professores disponível.
- 49- Reuniões para tomada de decisões administrativas, financeiras e pedagógicas com o Conselho Escolar.
- 50- Sessões de estudo sobre lideranças e escolha de líderes de turmas.
- 51- Acompanhamento do rendimento escolar do aluno e levantamento de dados com os professores para este acompanhamento.
- 52- Aconselhamento profissional aos alunos.
- 53- Avaliação permanente dos alunos em Progressão Parcial.
- 54- Disciplinação de atitudes no controle de entrada e saída dos alunos da escola e de sala de aula, evitando transtornos no decorrer dos períodos letivos.
- 55- Manutenção das turmas separadas para Educação Física (masculino e feminino).
- 56- Reorganização das turmas de EJA para atender a legislação vigente.

57- Evitar trocas de docentes ao longo do ano ou, pelo menos, do trimestre.

58- Reuniões trimestrais com os pais ou responsáveis pelos alunos.

59- Resgate de valores humanos, morais e sociais.

60- Implantação da EJA – Ensino Médio.

VIII – AVALIAÇÃO DA ESCOLA

Avaliar é tentar analisar como o conhecimento que o aluno produziu pode ser demonstrado por ele através de suas ações ou de suas análises, atitudes ou procedimentos enfrentando situações-problema reais, próximas de sua realidade social.

A avaliação na escola é trimestral, verificando se o aluno atingiu ou não os objetivos essenciais dos conteúdos elaborados para cada disciplina, atividade ou área de estudo. É formativa, contínua e qualitativa, levando em consideração os objetivos conceituais, atitudinais e procedimentais que visem atender às competências e habilidades educacionais propostas, servindo como retroalimentação do processo de ensino e aprendizagem. É um meio de fazer com que os processos sejam revistos constantemente, com critérios claros, estabelecidos em consonância com o Regimento vigente.

IX- OPERACIONALIZAÇÃO

A operacionalização desta Proposta Pedagógica acontece no momento em que toda a Comunidade Escolar compreender a sua importância, seu real significado e a necessidade de colocá-la em prática, para a efetivação do processo educativo proposto pela escola, a qual está comprometida com sua realidade, na qual está inserida.

X- RECURSOS

* Humanos: pais ou responsáveis, alunos, professores, funcionários, equipe diretiva, comunidade escolar e local.

* Físicos: escola com 15 salas de aula, biblioteca, auditório, laboratório de informática, laboratório de ciências, cozinha, banheiros, secretaria, sala dos professores, sala da direção, do SOE, da coordenação pedagógica, espaço para o Grêmio Estudantil, portaria, área coberta, área de serviço, horta, pátio, jardins, galpão crioulo, quadra de esportes, praça municipal.

* Financeiros: verbas da gestão e FNDE, dinheiro arrecadado através do CPM, Conselho Escolar, xerox e venda de hortaliças.

XI- FORMAS DE ACOMPANHAMENTO DA PROPOSTA

A implantação desta Proposta será acompanhada pela Direção, Coordenação e Conselho Escolar, através de observações, reuniões mensais, análise dos resultados das mudanças propostas.

XII- AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

A avaliação desta Proposta será feita por toda comunidade escolar, principalmente pelo corpo docente que efetivamente a colocará em prática. Através da análise dos resultados, relatos de atividades, opiniões e sugestões de alterações que venham aperfeiçoar a referida proposta, vislumbrando e buscando sempre uma educação libertadora, humanista, cristã e de qualidade.

ANEXO I – Projeto Ambiência¹⁴

Projeto Meio Ambiente “ Ambiência”

1. JUSTIFICATIVA:

Considerando que o lixo que colocamos no meio ambiente traz sérios prejuízos à saúde humana, polui o solo, água e ar. Ocorre acúmulo devido o tempo de decomposição, entope esgotos, entulha rios, enfim acarreta danos à humanidade. Grande parte desse lixo pode ser reciclada evitando assim os danos já citados e retirando menos matéria prima da natureza. Nada melhor que a escola, professores, alunos e funcionários, façam um trabalho de conscientização da importância da separação do lixo, sua reciclagem e evitando danos ao meio ambiente, com isso os alunos levarão essa consciência para suas casas e farão o mesmo.

Justifica-se o projeto.

2. OBJETIVO:

- Despertar no aluno a consciência que devemos cuidar do meio ambiente;
- Devolver o hábito de separar os tipos de lixo;
- Conscientizar que separando o lixo, pode-se vender o reciclável e adquirir material diverso para os próprios alunos.

3. METODOLOGIA

- Colocar sacos de TNT (presos) em cada sala da escola para que seja colocado o papel;
- Colocar no pátio da escola os latões com as cores correspondentes a cada resíduo, para que todos separem o lixo;
- Participação dos professores e alunos do 3º ano do ensino médio no seminário do meio ambiente;

¹⁴ conforme exposto no Plano Integrado da Escola

- Gincana sobre o meio ambiente com alunos da escola;
- Uma vez por mês, com data estabelecida, os alunos ou seus pais trazem lixo seco e reciclável de suas casas para a escola (papel, plástico, alumínio e vidro);
- No final de cada mês o material recolhido para ser vendido e no final do ano será vendido para adquirir material necessário ao laboratório de ciências da escola;
- Caminhadas ecológicas para observação das condições ambientais do nosso município;
- Usar meios de comunicação local para fazer um chamado à conscientização.

4. RECURSOS:

5.1. Humanos:

Professores, alunos, funcionários, equipe diretiva da escola e pais.

5.2 Materiais:

TNT, latões, material a ser reciclado e outros.

6. POPULAÇÃO ALVO

Alunos, Professores e Comunidade Escolar.

7. CRONOGRAMA ANUAL

Março: elaboração do projeto.

Abril a novembro: execução do projeto.

Dezembro: avaliação por todos os envolvidos e aplicação dos recursos arrecadados com a venda do lixo.

ANEXO J- Projeto desenvolvendo o educando através da arte¹⁵

PROJETO DESENVOLVENDO O EDUCANDO ATRAVÉS DA ARTE

1. JUSTIFICATIVA

1.1 O QUE É ?

A arte é a busca da alma humana. E como educar sem conhecer a alma humana?

Através da arte o educando vai se conhecer, se libertar, exteriorizar suas emoções, seus medos, suas angústias e, conhecendo-os poderá lidar melhor com eles. (Stela Maris Resende – 1988)

A Arte é necessária para o desenvolvimento do raciocínio, o surgimento de um comportamento criativo que articule a inteligência, a sensibilidade, a imaginação que ajuda o educando a ser mais ativo e instrumentalizado para o mundo contemporâneo, oportunizando-lhe acesso aos bens culturais. O educando precisa construir uma bagagem que lhe possibilite diversas leituras do mundo e que alimentem a sua competência e criatividade para conviver na sociedade a partir de diversos elementos da experiência sensível da vida cotidiana e dos saberes sobre a natureza, a cultura, a história e seus contextos, de forma a dar a sua contribuição e encontrar seu próprio espaço. A Arte desenvolve a capacidade de identificar, relacionar organizar e transcender

“ padrões estéticos” estabelecidos, permitindo que o educando se torne um sujeito integrado culturalmente e com maior capacidade individual para experienciar a infinita potencialidade de sua personalidade.

Para proporcionar a todos os educandos da Escola o acesso a arte universal, quer seja aos provenientes da zona rural, urbana ou periferias, consideramos

¹⁵ conforme apresentado no Plano Integrado da Escola

essencial a canalização das habilidades, o aproveitamento da cultura de cada um e até mesmo da agressividade que gera impulso para seu pleno desenvolvimento.

A arte é uma grande aventura do conhecimento e do belo e eleva no aluno a auto-estima, desenvolve a parte cognitiva, aumenta a eloquência, a criatividade, a originalidade de pensamento e a grande capacidade de memorizar.

1.2 POR QUÊ ?

**“ O ensino de arte na escola favorece o desenvolvimento global do educando, na medida que permite investigar, apreciar e fazer arte.
(Caderno da TV ESCOLA/ARTES, nº05, p90, MEC 1998)**

O Projeto nasceu da necessidade que sentimos de proporcionar atividades que desenvolvam e resgatem valores, cultura e criatividade, despertando emoções e o gosto pelo belo.

Os próprios educandos manifestam muitas vezes o desejo de cantar, dançar, representar e tocar instrumentos musicais. É tradição, na nossa Escola, fazer decorações alusivas a datas comemorativas, e os educandos mostram-se disponíveis a ajudar mesmo fora do horário de aula. Nessas oportunidades sentimos como são importantes estes momentos e o potencial que eles tem a desenvolver, a partir disto surge o projeto DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO ATRAVÉS DA ARTE, oferecendo ao educando um leque amplo de vivências nas atividades da Banda dos Tigres (Banda Marcial com Corpo Musical, Corpo Coreográfico, Balizas e Comissão de Porta Bandeiras e Guarda de Honra, oficina de Dança e Ginástica Rítmica Desportiva), teatro, decorações e festividades em diversos eventos e datas importantes, confecção e exposição de trabalhos artísticos, cultivo e embelezamento dos jardins da Escola...

Vamos solicitar também o incentivo e apoio do Círculo de Pais e Mestres, Conselho Escolar e dos Pais dos alunos.

2. OBJETIVOS:

- Proporcionar aos Educandos o acesso à Arte Universal, através do desenvolvimento das Habilidades Musicais.
- Despertar no educando o gosto pelo belo, manifestando-se através da dança, expressando-se com gosto e desenvoltura, associando ritmos e coreografias como forma de demonstração de sentimentos e cultura.
- Promover a produção artística individual e coletiva, permitindo a articulação da percepção, imaginação, emoção e sensibilidade com a realidade para suscitar atitudes transformadoras;
- Desenvolver atitudes de autoconfiança em relação às produções pessoais e coletivas;
- Ressaltar a importância de freqüentar atividades culturais nas quais Dança, música e artes em geral estejam presentes;
- Resgatar atitudes de cooperação, participação, responsabilidade, altruísmo, tolerância, sensibilidade, comprometimento, mostrando que é possível abandonar o desânimo, a descrença em si e nos outros para o nascer e florescer dos talentos que habitam o interior de cada um de nós.
- Cultivar e valorizar a importância histórica e cultural das datas comemorativas presentes no calendário anual.

2. MAPA CONCEITUAL, PROCEDIMENTAL E ATITUDINAL

CONCEITOS	PROCEDIMENTOS	ATITUDES
<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância da Música, da dança, do teatro, das artes plásticas, do embelezamento dos jardins da Escola, enquanto arte que contribui para a experiência individual, coletiva e para a compreensão do homem, sua maneira de pensar, sentir, agir no tempo e no espaço, seus sonhos, idéias, sentimentos e emoções; • Reconhecer o próprio valor; • Conhecer as mais variadas formas de Arte; • Analisar os diferentes ritmos presentes na música/dança; • Identificar e comparar diferentes tipos de músicas e danças; 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar de exercícios para desenvolver as habilidades de ritmo, postura, equilíbrio, relaxamento e expressão; • Participar de atividades corporais, respeitando as características físicas e o desempenho de cada um; • Pesquisar e identificar a origem de determinadas danças e suas influências, bem como técnicas e uso do corpo no seu desenvolvimento; • Criar coreografias simples; • Assistir a vídeos de espetáculos de Música e Dança para conhecer e identificar as diferentes técnicas; • Analisar passos e ritmos para a partir daí criar e recriar, montando coreografias significativas; • Participar das oficinas de instrumentos musicais (percussão e harmonia); • Participar dos ensaios para 	<ul style="list-style-type: none"> • Auto conhecimento • Auto-estima; • Autoconfiança; • Criatividade • Interesse pela arte; • Apreciar e respeitar sua própria atuação e dos colegas; • Reconhecer e cultivar as festividades de datas significativas; • Compartilhar idéias e experiências artísticas e estéticas; • Expressar idéias e opiniões sobre Arte; • Participar de apresentações, representando a Escola de forma responsável e prazerosa.

<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância do trabalho em grupo; 	<p>apresentações da Banda dos Tigres;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produzir decorações e festividades em datas significativas; • Cultivar flores e fazer a manutenção dos jardins da Escola; • Confeccionar trabalhos artesanais utilizando as mais variadas técnicas; • Realizar exposições com os trabalhos realizados; 	
--	---	--

4. RECURSOS

- Humanos: 02 instrutores musicais
02 professores de coreografia
01 coordenador geral
- Materiais: instrumentos musicais
uniformes
acessórios
manutenção e conserto dos instrumentos
vídeos, CDs, DVDs

5. PÚBLICO ALVO

Alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, Comunidade Escolar, Comunidade local e regional.

6. CRONOGRAMA

As atividades são desenvolvidas durante todo o ano letivo.

7. AVALIAÇÃO

O projeto será constantemente avaliado através do progresso e desenvolvimento dos alunos envolvidos; auto-avaliação dos componentes; repercussão na imprensa local e regional; apreciação, aplausos, comentários e presença do público nas apresentações.

**ANEXO L – Tabela de distribuição dos questionários de pesquisa
(bairros – sexo/idade)**

Amostra urbana total = 123 pesquisados

bairros	Felicidade		Bela vista		Harmonia		Santa Fé		Industrial		centro		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
16 a 24	2	2	2	2	2	2	2	2	3	2	3	3	27
25 a 34	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	26
35 a 44	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	26
45 a 59	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	26
60 ou +	1	1	1	1	1	2	1	2	2	2	2	2	18
TOTAL	9	9	9	9	9	10	9	10	11	10	14	14	123

Amostra rural total = 59 pesquisados

distritos	Coloninha		Sitio		Progresso		total
	M	F	M	F	M	F	
16 A 24	2	2	2	2	3	2	13
25 A 34	2	2	2	2	2	2	12
35 A 44	2	2	2	2	3	2	13
45 A 59	2	2	2	2	3	3	14
60 +	1	1	1	2	1	1	7
TOTAL	9	9	9	10	12	10	59

ANEXO M – Tamanho da amostra pesquisada

Dados do Censo IBGE 2000.

Município de Arroio do Tigre

ZONA URBANA – SEDE DO MUNICÍPIO

População	Idade					
Sexo	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Total
Masculino	670	594	612	608	352	2.836
Feminino	629	595	607	630	454	2.915
Total	1.299	1.189	1.219	1.238	806	5.751

Percentual	Idade					
Sexo	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Total
Masculino	11,65%	10,33%	10,64%	10,57%	6,12%	49,31%
Feminino	10,94%	10,35%	10,55%	10,95%	7,89%	50,69%
Total	22,59%	20,67%	21,20%	21,53%	14,01%	100,00%

Amostra	Idade					
Sexo	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Total
Masculino	14	13	13	13	8	61
Feminino	13	13	13	13	10	62
Total	27	26	26	26	18	123

Amostra URBANA

123

DISTRITOS DA ZONA RURAL

População	Idade					Total
	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	
Sexo						
Masculino	345	303	312	340	182	1.482
Feminino	292	258	279	331	211	1.371
Total	637	561	591	671	393	2.853

Percentual	Idade					Total
	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	
Sexo						
Masculino	12,09%	10,62%	10,94%	11,92%	6,38%	51,95%
Feminino	10,23%	9,04%	9,78%	11,60%	7,40%	48,05%
Total	22,33%	19,66%	20,72%	23,52%	13,77%	100,00%

Amostra	Idade					Total
	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	
Sexo						
Masculino	7	6	6	7	4	30
Feminino	6	5	6	7	5	29
Total	13	11	12	14	9	59

População	Idade					
Sexo	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Total
Masculino	1.015	897	924	948	534	4.318
Feminino	921	853	886	961	665	4.286
Total	1.936	1.750	1.810	1.909	1.199	8.604

Percentual	Idade					
Sexo	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Total
Masculino	11,80%	10,43%	10,74%	11,02%	6,21%	50,19%
Feminino	10,70%	9,91%	10,30%	11,17%	7,73%	49,81%
Total	22,50%	20,34%	21,04%	22,19%	13,94%	100,00%

Amostra	Idade					
Sexo	16 a 24	25 a 34	35 a 44	45 a 59	60 ou mais	Total
Masculino	21	19	20	20	12	92
Feminino	19	18	19	20	14	90
Total	40	37	39	40	26	182

Amostra TOTAL **182**

População

	16 anos ou mais	%	amostra	
Arroio do Tigre – Sede	5.751	66,84	123	
Coloinha	498	5,79	11	
Progresso	1.518	17,64	30	
Sítio	837	9,73	18	
Total	8.604	100,0	182	2,12% da População com 16 anos ou mais

ANEXO N – Cálculo do tamanho da amostra

Amostra para pesquisa em Arroio do Tigre, RS

Amostragem aleatória simples

NC = 90%; Erro = 6 p.p.

Tamanho da população*: N =

8.604

*população de 16 anos ou mais.

Erro =

0,060

Produto PQ =

0,25

Nível de Confiança =

0,9

z (calc. a partir do NC) =

1,64

Tamanho da amostra:

182

ANEXO O – Questionário a ser aplicada junto à comunidade local do município de Arroio do Tigre

1. Local de moradia 1.() urbano 2. () rural

1.1 . Bairro/localidade:

1.() Centro 2.() Industrial 3.() Felicidade 4.() Santa fé 5.() Harmonia 6.() Bela Vista 7.() Zona rural : _____

2.Sexo: 1. () masculino 2. () feminino

3. Idade:

- 1. () 16 a 24 anos
- 2. () 25 a 34 anos
- 3. () 35 a 44 anos
- 4. () 45 a 59 anos
- 5. () mais de 60 anos

4. Escolaridade

- 1.() sem instrução
- 2.() fundamental incompleto
- 3.() fundamental completo
- 4.() médio incompleto
- 5.() médio completo
- 6.() superior incompleto
- 7.() superior completo
- 8.() não sei responder

5. A finalidade da Escola (no geral – não as escolas do município de Arroio do Tigre) é preocupar-se somente com a formação educativa dos alunos, o que significa dar aulas, cobrar temas, e avaliar o desempenho dos alunos.

1. () concordo
2. () concordo em parte
3. () discordo
4. () não tenho opinião formada

6. Além de oferecer um ensino de qualidade, é função da Escola(no geral – não as escolas do município de Arroio do Tigre) atuar na comunidade local onde esteja inserida, promovendo ações de integração comunitária, conscientização política e ambiental, oferecendo serviços culturais.

1. () concordo
2. () concordo em parte
3. () discordo
4. () não tenho opinião formada

7. Você possui (filhos, netos, sobrinhos, primos) estudando na Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre?

1. () Sim
2. () Não

As questões 8, 9 e 10 são referentes a projetos desenvolvidos pela Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre

8. Você conhece o projeto “**Desenvolvendo o Educando através da Arte**” que tem como uma das ações as apresentações artísticas e culturais exibidas pela “Banda dos Tigres?”

1. () sim
2. () não

8.1 Você conhece a “Banda dos Tigres” ?

1. () sim 2. () não

8.2 Se sim. Você já viu apresentações realizadas pela banda dos tigras?

- 1.()sim 2.() não

8.3 Você considera importante este tipo de ação por parte da escola?

- 1.() sim 2.() não

8.4 Se sim, por que é importante?

- 1.() Para a socialização dos alunos
2.() Para os alunos terem contato com a música e dança
3.() Para a banda ser conhecida em outras cidades
4.() Outro. Qual? _____

8.5 Se sim na questão 8.1. Através de qual meio tomastes conhecimento do projeto “Desenvolvendo o Educando através da Arte”

- 1.() Filhos, neto, sobrinho
2.() Pelo rádio
3.() Pelo jornal
4.() Pelos professores da escola
5.() Folheto explicativo
6.() Outro meio. Qual? _____

9. Você conhece o projeto “Ambiência” um projeto de educação ambiental (onde é realizada a coleta de lixo e comercialização do mesmo, limpeza do Arroio que atravessa a cidade, gincana do lixo, etc) que é desenvolvido pela escola?

- 1.() sim 2.() não

9.1 Se conhece, você o considera importante?

10.3 Através de qual meio tomastes conhecimento do projeto de acesso a biblioteca por toda a comunidade local.

- 1.() filhos, neto, sobrinho, estudantes da EEEMAT
- 2.() pelo rádio
- 3.() pelo jornal
- 4.() professores da escola
- 5.() Folheto explicativo
- 6.() Outra _____

11. Você costuma freqüentar a Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre?

- 1.() sim
- 2.() não

12. Se freqüenta, em que ocasião freqüenta:

- 1.() apenas para levar ou buscar, filho ou parente na escola
- 2.() para buscar boletins(de filhos ou parentes) no final do trimestre
- 3.() apenas quando sua presença é solicitada na escola ou surge necessidade devido a um filho ou parente que estuda nesta instituição
- 4.() eleições de membros do conselho escolar ou Circulo de Pais e Mestres
- 5.() reunião de pais
- 6.() reunião do Circulo de Pais e Mestres
- 7.() freqüenta a biblioteca para retirar livros ou fazer leituras
- 8.() quando há algum curso promovido por alguma instituição em parceria com a escola
- 9.() quando a escola promove alguma festividade como: festa junina, semana farroupilha, dia da solidariedade, e outros
- 10.() quando há alguma apresentação artística
- 11.() quando é necessário solicitar ou retirar algum documento
- 12.() nunca freqüenta

13. Na sua opinião, a Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre , promove atividades (educativas, culturais, artísticas) que envolvam a comunidade de forma geral?

1.() sim 2.() não

14.Na sua opinião a Escola Estadual de Ensino Médio Arroio do Tigre:

1.() poderia promover bem mais ações onde desenvolvesse e integrasse a comunidade local com a escola

2.() já promove ações que desenvolvem e integram a comunidade local com a escola

3.() nunca promove ações que desenvolvem ou integram a comunidade local com a escola

4 () não tem obrigação de promover ações que desenvolvam ou integrem a comunidade local com a escola